



Anais da Assembléia

Nº 162

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1995.

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL DESTINADA AO COMPA-
RECIMENTO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO
DA SEGURANÇA, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS
SOBRE O EPISÓDIO OCORRIDO COM OS SEM-TER-
RA, NA REGIÃO DE SANTA IZABEL.

REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1995.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Anibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Turek, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Antonio Belinati (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO ESPECIAL.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Conforme o Requerimento de Convocação aprovado por esta Casa, atendendo o que determina os artigos 98 e 99 do Regimento Interno, a presente sessão será transformada em Comissão Geral para audiência do Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, acompanhado dos Senhores: Coronel Antônio Cesar Mainguê - Comandante-Geral da Polícia Militar; Coronel Luiz Fernando de Lara - Chefe do Estado Maior da Polícia Militar, Coronel Antônio Carlos Abraão - Comandante do Policiamento do Interior; Tenente Coronel Léo Geraldo Motta - Comandante do 8º Batalhão de Polícia Militar de Paranavai e do Capitão Gilberto Cândido dos Santos - Comandante da Companhia de Polícia Militar de Loanda.

Designo a comissão constituída pelos

Deputados Valdir Rossoni, Toti Colaço, José Tavares, para introduzirem no Plenário, aqui na Mesa, o Senhor Secretário, acompanhado pelos militares anunciados.

Está reaberta a presente Sessão.

Essa Presidência irá adotar as seguintes disposições regimentais:

- 1 - O Senhor Secretário poderá usar da palavra pelo prazo de 30 minutos prorrogáveis por mais 15, podendo ser apartado durante a prorrogação;
- 2 - O Senhor Secretário poderá ser apartado ou interpelado sobre o assunto objeto de sua exposição, objeto do requerimento de convocação;
- 3 - Encerrada a exposição do Senhor Secretário, poderão ser formuladas interpeções pelos Senhores Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento que terá o prazo de 10 minutos;
- 4 - Para responder o Senhor Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formular;
- 5 - Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos improrrogáveis;
- 6 - É lícito aos líderes após o término dos debates usar a palavra por 5 minutos sem apartes;
- 7 - Em qualquer hipótese a presença do Secretário do Estado no plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia;
- 8 - O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete privativamente sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia. Artigo 109 do Regimento Interno.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Gostaria de fazer uma solicitação à Mesa que o Secretário Cândido Martins de Oliveira quando fizer as suas explicações, não o faça da mesa, mas sim usando a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas a Mesa deixou do livre arbítrio do Senhor Secretário, mas S.Exa. vai atender a sua solicitação.

O SR. ÂNGELO VANHONI - V.Exa., como Presidente, conhece muito bem o Regimento desta Casa, sabe regimentalmente que pelo Artigo 98, § 1º, o Secretário deve proferir a sua explanação através do microfone da Tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assem-

bléia tem adotado uma prática democrática, mas não se preocupe, Excelência, o Secretário fará melhor figura na tribuna.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que desejam interpelar o Senhor Secretário, que procedam a assinatura no livro próprio que será encaminhado pelo funcionário da Mesa.

Concedo a palavra ao Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE

OLIVEIRA - Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente do egrégio Poder Legislativo do Estado do Paraná, Exmos. Senhores Membros da Comissão Executiva e da Mesa que preside esta Sessão, Exmos. Srs. Deputados; Exmos. Srs. Secretários de Estado e Autoridades do Governo Jaime Lerner que aqui comparecem; meus prezados companheiros da Polícia Militar, Comandante Mainguê; Coronel Lara; Coronel Abraão; Comandante do 18º Batalhão; Capitão Gilberto Cândido dos Santos; demais Oficiais integrantes da Polícia Militar; meus prezados companheiros da Polícia Civil; Delegados; Investigadores; Escrivães da Ativa e Inativos; Membros das Associações de Classe das respectivas entidades; Senhores Membros do Poder Judiciário do Egrégio Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada; Senhores Membros do Ministério Público; Senhor Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas; minhas Senhoras e meus Senhores.

Quero iniciar este meu depoimento, e a minha participação nesta tarde perante à Assembléia Legislativa, testemunhando antes de tudo, o meu respeito pessoal por este Poder. Respeito que traduz não apenas um sentimento individual, mas que testemunha o respeito de um governo, do Governo Jaime Lerner pela Assembléia do Estado do Paraná. Este respeito cultivado pelo Governo democrático e legítimo do Paraná, para com o seu povo, e para com a sua gente, tem que passar, antes e primeiro de tudo pelo respeito às Instituições.

Em primeiro lugar, pela instituição mais legítima, mais autêntica e mais democrática que retrata e que significa as aspirações do povo. Respeito inamovível ao Poder Judiciário, que, como todos sabem, ao lado do Legislativo e do Executivo governa o Estado, comanda as suas ações, determina as suas atividades. Este respeito, senhoras e senhores, Senhores Deputados, cresceu e nasceu comigo nas minhas atividades públicas e particulares.

Por isso venho, numa tarde para mim histórica, prestar declarações, com toda a humildade, com todo o respeito, com toda a cortesia e com toda a gentileza. Não é cortesia vã, não é humildade gratuita, é obrigação de homem público.

Esta é a determinação, do Governador Jaime Lerner, nenhuma questão sem explicação, nenhuma dúvida sem solução e vemos neste Estado e neste País, um sistema, que tem como paradigma, a transparência, a lealdade para com as instituições e sobretudo, o respeito maior à Lei, da qual todos nós, cidadãos, temos que ser escravos, não há democracia, não há estudo de direito, sem que prevaleça a Lei. Nada acima da Lei, nada ao lado da Lei, tudo sob a Lei, esta é a determinação do governo democrático, sobretudo quando a Lei é democrática, quando a Constituição é legítima, quando a Constituição é arrancada de um corpo legislativo, que foi a Constituinte de 1988.

Esta é a nossa postura, inabalável, intransigente, não em defesa de quem quer que seja, e muito menos acusando qualquer pessoa, qualquer cidadão, ou qualquer agrupamento. Foi um episódio triste, que marcou profundamente a minha alma, que fez correr lágrimas do Governador Jaime Lerner, que é um homem sensível, cujo o comportamento ao longo de sua história política, tem sido marcada, pela trajetória "pari passu", ao lado nem à frente e nem atrás, das aspirações populares. Aí estão as suas vitórias nas urnas, e o testemunho de que o povo compreende. Mas venho num momento grave, para mim, pessoalmente, para a minha Secretaria de Estado, e principalmente para a minha polícia militar. Quando digo minha, não é pessoal, represento o Poder Executivo, represento o povo do Paraná, por delegação de sua maior autoridade de que é o Governador.

Esta polícia que no mês passado, precisamente no dia 10, completou 141 anos, recebeu homenagem. Esta Polícia Militar, que hoje resgatou em São Paulo, por isso que o Coronel Malucelli não está aqui, uma criança roubada do seu lar, e prostituída na capital de São Paulo.

Esta Polícia Militar que está reunida agora, no quartel geral da polícia, com os ocupantes de uma área urbana, aqui em Curitiba, no Jardim Savana, esta Polícia Militar que nos rincões deste Estado, entrega o seu sangue, o seu entusiasmo, a sua vida na defesa do povo.

Esta Polícia que sei que perante um tribunal de homens sérios, não precisa de defesa, esta polícia que tem história, tem dignidade, tem compostura, que toca o Hino do Paraná, e o Hino Nacional.

Nas solenidades mais importantes deste Poder, esta Polícia faz vibrar a nossa alma e o nosso coração, esta Polícia não merece sentar-se em nenhum banco de réus. Sei que não é o caso.

O SR. ROMANELLI (Pela Ordem) - Secretário Cândido, ouço com atenção a sua oração

e creio que todos nós partilhemos da mesma convicção, do preparo e da competência da Polícia Militar, mas o ato de convocação de Vossa Excelência a esta Casa, foi de vir a esta tribuna, para explicar os atos que aconteceram no despejo de Santa Izabel do Ivaí.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não anunciou o artigo do Regimento Interno que está sendo violado.

Continua com a palavra o Secretário de Estado.

Se Vossas Excelências interromperem a exposição do Secretário, vou suspender a Sessão.

Casse o microfone do Deputado Romanelli.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Vou entrar objetivamente na questão levantada pelo Deputado Romanelli.

Evidentemente vim aqui para fazer isso.

Ocorre, Deputado, Vossa Excelência que tem tanta prática e brilhante prática de debate, sabé que antes de entrar no núcleo da questão, é preciso que se faça a apresentação de uma tese.

Estou apresentando uma tese que vou defender nesta tribuna, qual seja, a determinação, a coragem, a lealdade e a legalidade do fato que ocorreu em Santa Izabel do Ivaí.

Não quero, por outro lado, deixar sem uma consideração aquela intervenção que o Deputado Vanhoni fez, quando praticamente exigiu conforme era seu direito, que eu fizesse uso da tribuna do Plenário e me predispunha a vir aqui por um motivo muito sério.

Tenho o maior respeito e o maior orgulho por aqueles que usam esta tribuna. Já usei esta tribuna. Sucedi nesta tribuna, o meu pai, o meu avô, como o Deputado Vanhoni sucedeu nesta tribuna o Deputado Vidal Vanhoni.

Portanto, para mim é motivo de satisfação e alegria, com tranquilidade, exercer o dever de aqui vir.

Pretendo, eminentes Deputados, fazer um apanhado geral e no debate, entrar em detalhes se for da conveniência a respeito da atuação das forças de segurança no episódio que me trouxe aqui.

Ocorre, como todos sabem, que temos uma invasão ou uma ocupação de terras no Município de Querência do Norte. Em março uma determinada fazenda, no Município de Santa Izabel do Ivaí foi vistoriada pelo INCRA e considerada pelo Presidente da República, num ato próprio como passível de reforma agrária.

Em seguida, proprietários ou proprie-

tário desta fazenda, contestaram judicialmente na Justiça Federal, este ato do Presidente da República.

Criou-se a lide, montou-se um processo. Logo depois, em maio, várias famílias resolveram ocupar esta fazenda. Saíram de onde estavam, algumas de Querência, outras de São Paulo e invadiram esta fazenda.

Houve um pedido judicial de manutenção de posse. Conversando com os invasores, eles saíram desta propriedade e se alojaram na rodovia em frente à fazenda.

A partir dali, estes ocupantes da rodovia, passaram a entrar diuturnamente nesta propriedade, perturbando o trabalho, impedindo o plantio e a colheita, soltando o gado, impedindo a vida normal do trabalho numa propriedade ainda particular - prestem atenção - legitimamente particular, de tal sorte que uma nova ação, um novo pedido no Judiciário para a manutenção da posse.

Recebemos determinação judicial para manutenção da posse. Foi feito um plano de manutenção de posse como age nestes casos, comumente, a Polícia Militar: chega uma ordem do Poder Judiciário ou uma determinação para o comandante da área e imediatamente é feito um levantamento da situação desta área, sem nenhuma agressão, na base do diálogo e do entendimento.

Dali surge um plano, se no primeiro momento e na primeira tentativa não houver condições de cumprimento dessa determinação judicial, este plano é submetido ao Comandante do policiamento do interior.

O Comandante do policiamento do interior submete o plano ao Comandante Geral da Polícia Militar.

O Comandante Geral da Polícia Militar submete este plano ao Secretário de Segurança e comumente fazemos reuniões, dialogamos a respeito daquele assunto.

Temos feito isso, Senhores Deputados, exaustivamente. Têm aqui Deputados, como o Deputado Colombo que esteve comigo numa reunião com os "sem terras", da Fazenda Laranjal, da Fazenda Nova Cantu, com o Presidente do INCRA.

Está aqui o Deputado Ricardo Chab que esteve comigo inúmeras vezes tratando das invasões em Curitiba. São testemunhas do meu empenho pessoal para evitar a execução do plano de desocupação da área.

Lá em Nova Cantu, pessoalmente entrei em contato com a juíza de Direito competente, a pedido dos Deputados com um argumento muito forte que não encontrei neste episódio que venho relatar. Lá recebi do INCRA um expediente assinado, escrito dizendo que aquela área, aquela Fazenda de Nova Cantu, que tem 2.400 alqueires, tinha 1.400 alqueires determinados para receber neste último decreto do Presidente Fernando Henrique, a chancela da desapropriação.

Transmiti isso à Juíza de Direito. Ela me pediu que encaminhasse a documentação do INCRA e ela postergaria, adiaria a ordem de despejo, e isso foi feito e nós conseguimos evitar, quem sabe, um conflito aí sim, sério. E sério por quê? Porque os invasores desta Fazenda, além de tomarem conta da área, pegaram uma balsa e colocaram do outro lado do rio e quando a juíza me pediu que pelo menos devolvesse a balsa, porque esta balsa não era usada e ocupada apenas pelos empregados e proprietários da Fazenda, mas por toda a comunidade.

Transmiti esse pedido e não foi atendido. Mesmo assim, em nome da paz, da tranquilidade, da orientação do Governador Jaime Lerner, sempre pelo respeito aos direitos humanos, mas pelo cumprimento da lei, nós estávamos aguardando os acontecimentos na Fazenda de Nova Cantu. Aqui em Santa Izabel do Ivaí, depois de entrarem na Fazenda, depois de ficarem durante mais de 4 meses na beira da rodovia, dormindo, descansando? Não. Invadindo diuturnamente uma propriedade particular, trancando a estrada, com toras.

Durante um dia, trancaram permanentemente a estrada, de tal sorte que a Polícia Rodoviária teve que fazer um desvio na rodovia que liga Santa Izabel do Ivaí a Planaltina do Mato Grosso e a São Paulo. Isto fez com que o Departamento de Estradas de Rodagem solicitasse ao juiz uma ordem de reintegração na propriedade pública, na via pública.

Isso foi feito, foi deferido. A primeira ordem de desocupação da Fazenda pela Juíza de Loanda, a segunda ordem judicial de desocupação da rodovia pelo Juiz de Direito de Santa Izabel do Ivaí. O Capitão Gilberto Cândido dos Santos, esteve oficialmente na área três vezes e em inúmeras vezes, sozinho, de tal sorte que passou a conviver e a conhecer aquelas pessoas e é um homem de bem, um homem que não mente, um homem sério e responsável.

Pois bem. Último plano, mais um autorizado por mim. De uso de violência? Absolutamente não! Tenho aqui este plano escrito - vou passar às mãos dos Senhores, que por determinação nossa, os soldados não deveriam usar arma de fogo. Usaram como defesa, cacetetes, o Comando da Operação, Oficiais e Sargentos, usaram um revólver de uso diário da Polícia Militar, calibre 38. Arma que a Polícia usa para fazer qualquer tipo de ação, nada de Winchester, nada de Escopeta, nada de Metralhadora, nada de posição agressiva, posição de autoridade, no cumprimento de uma ordem judicial.

Como fizemos com sucesso em 9 desocupações neste ano, aqui no Paraná, que são aqui elencadas, a última das quais a Fa-

zenda de Cantagalo, Distrito de Goiochin, exatamente assim com o diálogo e com entendimento. Quando se chegou lá, quando as forças lá chegaram dispostas ao diálogo, ao lado do Oficial de Justiça, ao lado do Delegado de Polícia, convidado o Promotor de Justiça para acompanhar as forças policiais, houve um diálogo às 3 horas da tarde. Um cidadão, assumindo a liderança do movimento, falando pelo movimento invasor, dialogou, impedido, absolutamente intransponível na sua vontade até de entendimento.

O Capitão Gilberto Cândido dos Santos, lhe deu, conforme orientação geral da Polícia Militar, 2 horas para refletir, para pensar, para voltar com uma resposta de entendimento até porque, já há mais de um mês o Prefeito Municipal, tinha locado uma área, destinado uma área urbana, para colocar lá os invasores da propriedade particular e da via pública, já que o argumento deles, é que ali estavam aguardando uma determinação do Governo Federal, para ocupar a terra legitimamente.

Entendeu o Prefeito, como entendemos nós, que poderia esperar este ato naquele local destinado pela Prefeitura. Oxalá nós encontrássemos em Curitiba e em todo o Paraná, um Prefeito com esta boa vontade e que tivesse esta disposição de alocar e sediar estas pessoas que estão neste movimento. Pois bem foi inútil, Senhoras e Senhores, qualquer diálogo e antes de vencida as duas horas, este Líder do Movimento veio e disse taxativamente, que dali não sairiam, porque tinham ordens superior do Movimento dos Sem-Terra para não sair. Esta é a verdade, e em seguida o Capitão da Tropa colocou a tropa em posição normal e não de agressão, mas de trabalho no cumprimento de uma ordem judicial.

Quando tentou passar de uma margem da rodovia para outra, estouraram nos pés, nas cabeças dos soldados os coquetéis molotov, as garrafas incendiárias, de tal sorte que temos provas testemunhal e prova fotográfica do que estou afirmando, testemunhas e suspeitas, uma fotografia pública em todos os jornais nacionais de uma garrafa voando por cima da cerca, caindo aonde estavam os soldados. Sabem o que é o coquetel molotov? Especialmente alguns sabem bem, foi uma arma criada e inventada na 2ª Guerra, com capacidade de destruição e ferimento, como tem acontecido na história da humanidade. A polícia se desmobilizou, recebeu a ordem para salvar as crianças, porque estes invasores colocaram crianças e mulheres na sua frente, em cima da cerca irresponsavelmente, criminosamente. Quem usa do filho como escudo humano, não tem direito de ser chamado de pai.

Planejadamente, os policiais não agrediram nenhuma criança e nenhuma mulher, ao

contrário, Senhores Deputados, pegaram essas crianças no colo, transportaram para o caminhão, é verdade que algumas mulheres resistiram, mas nenhuma foi ferida, nenhuma.

Tenho aqui um atestado médico de todos os hospitais da região, que atestam isso, nenhuma criança e nenhuma mulher. Saídas essas crianças, como barreiras humanas os policiais adentraram, foram mais uma vez agredidos. Agora não mais por coquetéis molotov, e esses coquetéis foram distribuídos num saco plástico de mão em mão por um ex-PM chamado Peixoto, que não é sem-terra, que é proprietário de terra em Querência do Norte, de dois terrenos, filho de um proprietário rural, e esposo e proprietário de uma Senhora com duas lojas em Querência do Norte.

Adestrou a tropa, com foice, com facção, com arma de fabricação caseira, cujas fotografias estão aqui, e foi em cima da polícia, polícia na primeira linha desarmada defendendo-se e sem agredir e tinham arma de fogo sim. Os invasores tinham 4 espingardas de chumbo, tenho testemunha.

Pois bem, Senhores Deputados, a polícia foi ferida, a polícia foi ferida, e pergunto aos homens de boa fé, as mulheres de boa fé, a polícia ali estava no cumprimento de uma Ordem Judicial, no exercício pleno da sua atribuição funcional. Além disso, se não cumprisse a sua obrigação, seria passível de penalidade, a polícia agiu com sensatez, com responsabilidade, evitou até o último momento o confronto. Agredida, a polícia reagiu. Surgiram tiros é verdade, e neste entrevero, não se sabe bem quem começou o tiroteio.

Infeliz e lamentavelmente, algumas pessoas foram feridas, 3 dessas pessoas de maneira mais séria, todos os tiros na perna, a não ser um, com uma exceção, que entrou por baixo do braço, no instante em que levantava a foice para partir a cabeça de um policial. Esta é a verdade, tenho provas e tenho testemunhas.

Queriam o que? Queriam que a polícia deixasse de cumprir uma determinação judicial, queriam que a polícia deixasse de cumprir o seu dever legal, infelizmente, volto a repetir, houve o entrevero, houve tiros e três pessoas foram feridas na perna com balas, estas balas são todas de calibre 38, nenhuma de calibragem maior ou de potência de fogo maior.

Cessado todo este problema, a própria polícia depois de perseguir é verdade alguns, que saíram jogando as armas que tinham num rio que passa por perto. Depois disso, a polícia os colocou em cima de um caminhão e levou novamente, ou levou pela primeira vez agora para aquela localidade destinada pelo Prefeito Municipal, deixou ali na fazenda 5 policiais tomando conta

da fazenda porque havia ameaça de uma nova invasão. Quando a polícia preparou a operação, trancou os dois lados da estrada, por uma questão de cautela, através da Polícia Rodoviária Estadual, para que alguém menos avisado não entrasse naquele momento e pudesse sofrer uma agressão de quem quer que seja.

Pois bem, depois de cessado tudo isso um automóvel conduzindo quatro, ou cinco pessoas, rompeu a barreira, não obedeceu a ordem de parar e chegou agressivamente na frente desta fazenda. Os policiais saíram para verificar o que era, e ali criou-se um novo desentendimento. Mas nenhum ferido, nenhum arranhado, e pura e simplesmente uma ordem para que não permanecessem naquele lugar. Foram alguns conduzidos à delegacia, inquérito policial aberto para apurar as responsabilidades, foram em seguida dispensados mediante o cumprimento das exigências legais. Determinamos, através do comando da Polícia Militar, a criação de um inquérito Policial Militar para apurar todas as responsabilidades, desde o Secretário da Segurança Pública até o último integrante da Polícia Militar; e além disso o governador Jaime Lerner criou uma comissão de alto nível para avaliar, para concluir e para sugerir medidas.

Volto, Srs. Deputados, àquilo que disse ao encerrar, o meu respeito, o meu testemunho de consideração por esta Casa, mas a certeza de que os homens que têm a grave responsabilidade de representar o povo haverão de por um momento deixar as facções políticas, olhar a verdade, e saber que neste Estado cumpre-se, e deve se cumprir ordem judicial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência, se quiser, tem mais quinze minutos, podendo ser aparteado durante a prorrogação.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, agradeço e prefiro receber as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há dezesseis Srs. Deputados inscritos para interpelações.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, já que o Secretário de Segurança Pública abriu mão de usar os quinze minutos que tem e abre esse espaço para perguntas com os Deputados, solicito a Vossa Excelência que antes que seja aberto às perguntas, que os formuladores do Requerimento possam fazer uso da palavra para questionar as afirmações proferidas pelo Secretário de Segurança na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inciso 3º: "Encerrada a exposição do Sr. Secretário, poderão ser formuladas interpelações pelos Srs. Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do Requerimento que terá o prazo de dez minutos".

Concedo a palavra para Vossa Excelência por dez minutos.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais autoridades, há um episódio na história da humanidade que ficou clássico na literatura humanista da civilização ocidental. Um determinado Senhor que foi acusado com bastante veemência por toda a oligarquia de uma determinada cidade, por todos os interesses políticos de uma determinada cidade foi acusado tão virulentamente por toda uma casta da sociedade, que ao chegar no seu julgamento, ele proferiu a seguinte palavra: "Diante das acusações que me foram formuladas, diante das acusações que estão sendo dirigidas a mim, confesso a vocês que esqueci quem eu sou".

As palavras do Secretário de Segurança Pública fazem com que as quarenta e sete famílias de Santa Isabel de Ivaí, na realidade foram aquelas que agrediram violentamente, brutalmente a ordem pública e agrediram e colocaram em risco a vida da Polícia Militar no Estado do Paraná.

Este homem, Secretário, chamava-se Sócrates tal qual me referi de uma comunidade antiga, lá pelos anos 60 A.C.. De tão fraudulentas que foram as acusações formuladas a Sócrates, ele chegou quase a conclusão de que: "Escuta: Quem sou eu? O que estou fazendo na vida? Será que tudo isso que dizem de mim é verdade?"

Secretário de Segurança, lamento, mas os fatos não correspondem com o que Vossa Excelência explanou aqui através desta Tribuna. Não é verdade Sras. e Srs. não é verdade que os sem-terra acampados, as quarenta e sete famílias, em primeiro lugar, fizeram qualquer tipo de violência contra a Polícia Militar dando ensejo ao conflito violento, brutal e desumano contra as famílias de agricultores. Não é verdade. O próprio relatório do Capitão Gilberto Cândido que está de posse da Assembleia Legislativa e que terá que ser confirmado, hoje, a sua assinatura, demonstra que a violência partiu pelo lançamento de dezessete granadas fumígenas contra os trabalhadores sem-terra. Mais ainda não é verdade, Secretário, que quando Vossa Excelência vem afirmar que os agricultores obstruíram a via pública, não é verdade.

Os agricultores não obstruíram a via pública, Deputado Anibal Khury, os agri-

cultores estavam lá há quatro meses acampados às margens da rodovia, que tem sob domínio o DER desta posse das terras à espera de um litígio judicial de uma área, Secretário, que já tinha sido vistoriada pelo INCRA e Vossa Excelência sabe que esta área tinha sido vistoriada pelo INCRA, mais do que isto, Vossa Excelência sabe que esta área estava sob litígio e os sem-terra estavam aguardando o deferimento desta ação judicial.

Pois bem, V.Exa. omite um dado importante que no dia primeiro, vejam bem Senhoras e Senhores a desocupação aconteceu no dia oito de forma violenta e brutal, que indignou o povo do Paraná, o povo do Brasil, a classe política do Estado do Paraná e a classe política da sociedade civil mais viva do nosso País. No dia primeiro, Secretário, o DER, órgão do Governo do Estado e Vossa Excelência sabe disto, recebeu a visita do proprietário da área Dr. Romeu Mascarelo, dono de vinte e oito fazendas na região, e aquela sua fazenda quando foi vistoriada, não havia nada plantado nela. Nada. Não era uma área produtiva. Logo após quando ele entrou na justiça, começou a plantar grama para tentar na justiça e depois provar que a área era produtiva.

Pois bem, no dia primeiro há uma visita ao Senhor Alberto Küster solicitando que o DER removesse aquelas quarenta e sete famílias das margens da rodovia. Foi visitado pelo fazendeiro, pelo seu advogado, naquela oportunidade, Deputado Anibal Khury, o Presidente do DER, o Diretor do DER se dispôs a entrar com um mandado na justiça para reintegrar a ação da posse das margens da rodovia.

Vejam bem o que aconteceu, isso foi numa segunda-feira, na quarta-feira foi protocolado na circunscrição de Maringá a medida judicial e petição impetrada pelo DER. Na quinta-feira pela manhã o Juiz já tinha dado a liminar de reintegração do DER, na sexta-feira, porque quinta foi feriado. O que acontece? Na segunda e na terça-feira os sem-terra são despejados, pela segunda vez, porque já tinham saído da área, no início de quatro meses atrás, pacificamente. Os sem-terra já tinham demonstrado, para o Estado do Paraná, que estavam aguardando ordeira e pacificamente a decisão judicial.

Não é verdade que os sem-terra estavam invadindo a propriedade, impedindo o trabalho, esta área era uma área improdutiva, os sem-terra simplesmente faziam algumas entradas num pequeno pedaço da área, que é de mil e duzentos hectares, Senhor Secretário, e Vossa Excelência sabe disso porque esteve no local! Vossa Excelência visitou uma plantação de mandioca, eles não estavam dormindo, eles não estavam sem fa-

zer nada, eles estavam trabalhando para poder sobreviver! Plantando mandioca, para dar alimento para seus filhos, cerca de setenta crianças!

Que história é essa, Secretário? Me desculpe, tenho que vir a esta tribuna e dizer que V.Exa. não está correspondendo com a verdade! A ação da Secretaria de Segurança Pública cometeu um erro muito grande. Como se explica o procedimento com Nova Cantu, Secretário de Segurança Pública? Trezentas famílias, uma área muito maior! Como se explica que nenhum gesto tenha sido feito, para tentar a violência? Como se explica isso? Qual foi o organismo do Estado do Paraná, qual foi a Secretaria? O Governador tomou conhecimento disso? O Gabinete do Governador tomou conhecimento disso? É claro que não! V.Exa. está sistematicamente dizendo, na televisão, que a responsabilidade é só sua.

O Secretário tomou conhecimento, pré-antecipado, de que isso ia acontecer, o Secretário da Agricultura, o IAPAR, os organismos da sociedade civil? Vocês não deram tempo para que houvesse uma solução negociada! Vocês não deram tempo para que houvesse uma solução negociada! Vocês agiram premeditadamente! E a prova disso é que em menos de seis dias, de cinco dias, saíram duas liminares, Senhor Presidente, com uma rapidez incrível! Uma de uma área do Estado e outra de uma área que estava sobre decreto de reforma agrária! Como é que se explica isso?

Vir dizer que os camponeses, com foices afiadas, desse tamanho, com facões desse tamanho, estavam ameaçando.

Secretário Cândido Martins de Oliveira, sempre tive respeito pelo Senhor, mas não posso admitir que as inverdades logrem o lugar da verdade, não é possível isso! O próprio relatório da Polícia Militar, e o Senhor Gilberto Cândido, que aqui está, vai ter que confirmar, porque nós temos a assinatura dele. A tropa se enfileirou, como V.Exa. disse, e olha, V.Exa. está mal informado, porque no relatório da Polícia, do comandante da operação, constam revólveres, 38, mosquetões, granadas, um arsenal bélico enorme...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o tempo de V.Exa. O Senhor Secretário terá igual tempo para falar.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvi com muita atenção e muito respeito as acertivas e as afirmações do Deputado Vanhoni. Lamento ser desta tribuna, que é mais sua do que minha ou apenas sua e menos minha, porque ele é Deputado, exercita o seu mandato popular e venho aqui na

qualidade de Secretário de Estado e não membro deste Poder, para dizer que, com todo respeito e com toda consideração, devolvo-lhe todos os qualificativos. Quem está equivocado, quem é ligeiro na apreciação, quem falta com a verdade, lamentavelmente é V.Exa.

Justifico até certo ponto a sua paixão, a sua visão e a sua maneira de analisar este processo. Expliquei, inicialmente o porquê do nosso procedimento em Nova Cantu, no Município de Laranjal. Volto a afirmar, temos documento oficial do INCRA, dizendo que esta área estava como está, na eminência de ser desapropriada e V.Exa. mesmo caracterizou muito bem, um número maior de famílias, uma área muito maior, e V.Exa. se equivoca quando diz que a ação da polícia foi precipitada premeditada. Precipitada não, porque esta ação ou este diálogo que culminou com a ação, começou no dia da invasão.

A ordem judicial é datada de 10 de outubro, de desocupação da área não do dia 05 ou do dia 1º. V.Exa. leu os números e não captou. A ordem de manutenção da posse reiterada pela juíza de direito foi do dia 10 de outubro e de posse dessa ordem, toda estrutura da Polícia Militar foi comunicada e não apenas a estrutura da Polícia.

Quero comunicar que V.Exa. não está bem informado, porque se preocupa com outras coisas. Todos os mesmos organismos do Governo do Estado, o INCRA, o IAP, a Secretaria do Trabalho, a Secretaria de Segurança, órgãos do Governo Federal com a presença do Procurador Geral da Justiça, Dr. Olympio, reúnem-se todos os meses, no mínimo uma vez por mês e todos estes assuntos são debatidos e esclarecidos. Todas as invasões são discutidas, invasões urbanas e rurais, todos sem exceção. Este assunto foi, nesta reunião, esmiuçado, a ordem foi discutida inúmeras vezes.

10 de outubro, Senhores. Inúmeras vezes um representante legal do Governo, o Capitão Gilberto Cândido esteve no acampamento conversou com os acampados, levou oficialmente o ofício do INCRA, que está aqui na minha mão, que diz que, muito embora esta fazenda tenha entrado no elenco como terra previsível para desapropriação, estava sob pleno domínio do seu proprietário e que a atividade dos sem-terra que invadissem essa propriedade, considerava-se esbulho; isto está escrito no ofício do INCRA para o prefeito municipal e para o Capitão Gilberto Cândido dos Santos.

De posse disso, o capitão esteve no acampamento, levou o convite e a palavra para que eles dali saíssem, fossem para aquela área de terra alocada e escolhida pela Prefeitura Municipal, já que desejavam pacificamente aguardar a desapropria-

ção da área, porque aguardar numa via pública, e lamento contraditar, Deputado, V.Exa. mais uma vez está mal informado, acredito na sua boa fé, esta foi a informação que V.Exa. recebeu, mas a imprensa publicou inúmeras vezes, a estrada foi interdita, a mais grave delas, das interdições, começou de manhã e só cessou a tarde.

Mais grave do que isso, Senhor Deputado, V.Exa. falta com a verdade quando diz que não havia plantação na área, havia sim, plantação de grama, porque era uma Fazenda e uma área de pecuária, mas havia uma plantação de mandioca que os sem-terra invadiram durante a noite, arrancavam as mandiocas e depois voltavam a plantar para dizer que eles eram quem estavam plantando aquela área.

O cinismo do riso de V.Exa. não me perturba, estou acostumado a lidar com este tipo de debate, sou um homem que defendendo a verdade com a cabeça erguida, não é verdade que os organismos estaduais não estivessem informados, como estão informados de toda uma ação da polícia. Não sou irresponsável, Senhores Deputados, de autorizar uma ordem como essa ou qualquer outra, sem um diálogo com o Chefe Maior do Governo, ao qual eu sirvo. Claro que o Governador estava informado do conflito que ia haver, é claro que o Governador não estava informado do conflito que ia acontecer, porque nem ele e nem eu, nem o Comandante da Polícia, nem os soldados que iriam ao conflito.

Agora dizer, Senhor Deputado que a polícia agrediu, quando a imprensa publicou, coquetel molotov voando por cima da cerca, e dizer que a polícia jogou bombas de efeito moral! A diferença entre uma bomba de efeito moral e de um coquetel molotov é a diferença de uma espingarda de caça para uma USI ou AR5. Bomba de efeito moral quando bate no chão sai fumaça; coquetel molotov quando bate no chão incendeia e faz pegar fogo, destrói, esta é a verdade.

É verdade que a polícia usou bomba de efeito moral, mas não é verdade que a polícia usou armamento pesado. É verdade, sim, que os invasores usaram coquetel molotov, é verdade sim que usaram como arma as suas foices afiadas, que degolaram na praça do Palácio Piratini em Porto Alegre um policial militar, ou os Senhores não sabem disso? Está a prova da contundência dessa arma. É verdade que usaram facões, é verdade que usaram instrumentos construídos por eles com estilete na ponta.

Não se falou mais aqui em criança ferida e nem em mulher ferida, ouvi da sua boca Deputado, dizer que a polícia tinha espancado mulher e espancado criança.

Então, eu quero, Senhor Presidente e

Senhores Deputados, deixar muito claro essa postura, primeiro o Deputado diz com propriedade que eu assumi a responsabilidade, e de fato assumi, e de fato assumo a responsabilidade, seria um covarde e seria um mau caráter se não assumisse essa responsabilidade, porque tenho responsabilidade do meu cargo. Quando fui escolhido para Secretário da Segurança Pública, pelo Governador Jaime Lerner, eu recebi uma incumbência de zelar pela segurança, de respeitar as pessoas e fazer cumprir a Lei.

É isso que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para a réplica, Deputado Vanhoni, por 3 (três) minutos improrrogáveis, sem apertes.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Olha, Sr. Secretário, acho que se reduzir esse debate e as explicações do fato ocorrido em Santa Isabel de que se os trabalhadores tinham garrafas de coquetel molotov, de que atiraram na polícia militar ou não, nós vamos reduzir esse debate também aos trabalhadores que foram alvejados com tiros de armas de fogo depois de estarem algemados. Acho que esse não é centro de debate, a violência de ambas as partes é condenada pela sociedade e deve ser condenado por Vossa Excelência, que tem uma das pastas de maior responsabilidade à frente do Governo do Estado do Paraná. E não posso acreditar que as palavras do Governador sejam palavras para efeito de retórica através da televisão destinadas aos oito milhões de paranaenses. De que o Estado do Paraná, na vida dele, na sua vida política não esteve manchada de sangue e de violência e de que a terra no Paraná não será a terra que verterá sangue, mas será instrumento para libertação dos homens.

Não posso entender Sr. Secretário, como V.Exa. vem aqui afirmar de que eu estou enganado a respeito dos números, porque o mandado de despejo de 10/10, o senhor sabe muito bem que as famílias já tinham saído da área e estavam às margens da Rodovia nessa oportunidade.

Então V.Exa. está sofismando, V.Exa. sabe que o que determinou esta ação foi o mandado de reintegração de posse da área de domínio do Estado do Paraná, com a visita do Fazendeiro Alder, Diretor do DER, Vossa Excelência sabe que houve precipitação e uma ligeireza muito grande do Poder Judiciário e da Polícia Militar. Porque se há disposição do Governo ou não há, quero saber isso. Este conflito poderia ter sido evitado, é uma pergunta que tem que ser respondida. O que foi feito para que essa ação violenta não acontecesse no Estado do Paraná. Eu disse aqui, Senhor Secretário,

que quando vejo na rua qualquer cidadão agredindo com as próprias mãos, se puder evito essa violência, eu aparto esta briga. Isto é instinto dos valores éticos da humanidade.

Não posso acreditar que 47 famílias, dentre elas 12 mulheres grávidas, 70 crianças, tenham sido vítimas de uma ação violenta, brutal e desumana e que V.Exa vem aqui justificar como se fossem criminosos comuns. Não posso acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra o tempo de V.Exa..
Para a réplica, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que o Deputado Vanhoni, agora está voltando à razão um pouco. Estamos pelo menos num ponto, absolutamente concordes, absolutamente afinados. É obrigação de todo o cidadão evitar a violência, especialmente das autoridades. E V.Exa. pode até não acreditar, porque não lhe convém acreditar. Esta é a orientação do Governador Jaime Lerner, esta é a orientação da Secretaria de Segurança, esta é orientação da Polícia Militar do Estado, que não tem Deputado uma tradição de violência, que não tem tradição de agressão, ao contrário, essa polícia, bem como a polícia civil que tem sido tão atacada por V.Exa. e por outros interessados nesse caldo de cultura e aí sim gerando a violência, quando incentivam o não cumprimento e o não respeito a ordem judicial. Quando questionam determinação do Poder Judiciário, quando coloca nas minhas costas a responsabilidade de me substituir na autoridade judicial, isto gera violência; isto gera intranquilidade; isto gera anarquia, Vossa Excelência quis tirar de foco quem começou a agressão.

Concordo com Vossa Excelência, quem sabe no momento seja um assunto menor, o assunto maior, Senhor Deputado, seria com a honestidade, mas, com tranquilidade, um pacto de seriedade entre os homens de bem que estão nesta Casa, para não acusar gratuitamente, para não ser irresponsável errando número de propósito e tentando jogar para a platéia.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) - Eu, como um dos subscritores do Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem que citar o artigo do Regimento que está sendo violado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Gostaria de usar o mesmo do Deputado Vanhoni, para

que eu pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está impedido. Você terá o tempo ao ser chamado. Vossa Excelência quer ser o primeiro orador inscrito?

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Artigo 99, parágrafos 1º, 2º e 3º.

Parágrafo 2º do Artigo 99 - "Encerrado a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpretações pelos Deputados que se inscreveram previamente, não podendo ter mais de cinco minutos, exceto o autor do Requerimento que terá aparte de dez minutos".

Consulto Vossa Excelência, Deputado José Maria, como um dos autores do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Entendi que é o autor e não os autores. O autor é o Deputado Vanhoni.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Cinquenta e quatro Deputados aceitaram e votaram pela convocação do Senhor Secretário. Por esta razão então, cinquenta e quatro Deputados teriam também dez minutos para questionar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Secretário Cândido que vem a esta Casa, Srs. Deputados, Srs. presentes.

A minha história política não é, Senhor Secretário, na militância dos sem-terras. A minha história política é de um ex-Prefeito que trabalhou por esta cidade, fui executivo, conheço as dificuldades. Quando, naquela Sessão de nove de novembro, quando o PSDB mendigou para fazer parte da Comissão, achei até um pouco estranho porque não tenho lide com esta questão social. Mas, ao receber a missão me dispus cumpri-la com seriedade e buscando tão e unicamente a verdade.

Lá fomos com o Deputado Vanhoni, Deputado Romanelli, Deputado Trentini e Deputado Colombo, se não fosse a figura que nós encontramos naquele acampamento, se não fosse as expressões e a marca da violência que encontramos nos assentados, estendidos sobre leitos de hospitais, eu tenho certeza que não estaria aqui falando.

Sempre fui coerente com as minhas questões, e principalmente com as minhas posições. Mas, foi de suma importância que a sociedade paranaense, e as autoridades

a sociedade paranaense, e as autoridades deste Estado que querem efetivamente praticar a justiça, ponham olhos e ponham a razão sobre o que aconteceu em Santa Izabel do Ivaí. E, muitos que aqui estão, inclusive batendo palmas ao Sr. Secretário, se lá estivessem, jamais fariam isto, porque é uma violência que se cometeu contra a própria população, contra o próprio ser humano. Lá, meu caro Secretário, foi um exercício de força, em quem não tinha como se defender.

E esta é a razão, não vamos discutir se a invasão estava certa ou errada, mas que o Estado não pode patrocinar, jamais, é a violência e lá nós vimos e presenciamos com muita fatura. Não foi atirado, aquele cidadão nas suas explicações e aqui quero até elogiá-lo, pela facilidade da verve, pela riqueza com que descreveu um cenário de que não participo e não viu, porque lá o Senhor não esteve, no acampamento. Esteve sim, em Loanda, em Santa Izabel do Ivaí, mas não foi ao acampamento. Se nós tivéssemos lá, homens que tem um mandato para representar o povo, não importa se fazendeiros ou sem-terras, se possuídos ou despossuídos, nós não teríamos como apoiar esta medida do Governo Lerner.

E ainda mais, hoje vir aqui, fazer a sua defesa. Muitos dos militares, porque aqui não está se jogando, não é a Polícia Militar do Paraná, mas é a ação desencadeada em Santa Izabel do Ivaí. Isso sim, essa casa e a sociedade paranaense tem que condenar. Porque senão vai ser prática, daqui para frente, tratar as questões sociais e as questões de letígio da terra com a baioneta.

Sr. Secretário, lá não tinha só revólver, usado comumente nos campos de futebol, lá tinha mosquetão, e aqui quando o Senhor fala, que o Vanhoni, faz com paixão. Só tenho uma paixão: a verdade, e o respeito ao ser humano. Em nenhuma dessas duas vi corroborar na vossa fala. Tem aqui revólver 38, carabina 38, mosquetão calibre 762, bastão de madeira, colete a prova de tiro, e algemas. Este foram os instrumentos, com os quais - e mais embaixo, Romanelli, lembra a guerra química, que são 16 granadas "fumígenas". Estas foram os instrumentos que a polícia do Paraná, naquele momento, utilizou, contra as mulheres, as crianças e aqueles trabalhadores de facão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o tempo de Vossa Excelência. É improrrogável.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Sr. Deputado José Maria. Vossa Excelência testemunhou com muita

eloquência a sua visão, e foi verdadeiro, quando afirmou que esteve no acampamento dos assentados. Provavelmente, isso aconteceu, mas, Vossa Excelência não conversou, com o outro lado da questão. Vossa Excelência conversou, com aqueles que se diziam agredidos, Vossa Excelência não conversou, não teve a gentileza, de conversar com o Comandante Mota, com o Capitão Gilberto Candido dos Santos, que são homens tão respeitáveis quanto os Sem-Terras, que Vossa Excelência teve a gentileza de visitar.

A intenção, Senhor Deputado, de não usar a violência, está escrito e testemunhado, num ofício do dia 11 de outubro, deste onde o Comandante do policiamento do interior, encaminhava uma determinação, ao Comandante da 8ª Batalhão da Polícia Militar, de Paranavaí. E dizia o seguinte: "Aguardamos a presença do Secretário da Segurança, amanhã, para definirmos uma estratégia, que não coloque em risco, nenhuma das partes envolvidas".

Este ofício é de 11 de outubro. No plano Senhor Deputado invasão, no plano de desocupação, que vossa Excelência deve ter em mãos, está escrito armamento e equipamento, oficiais e graduados, armamento orgânico da Corporação. Armamento orgânico da Corporação é revólver calibre 38, usual. "Soldados:" (estou lendo o plano de desocupação), bastão de madeira e mosquetão com munição de festim". Esta é a maneira usual, Senhor Deputado da Polícia agir em circunstâncias como esta. Usa-se Senhores Deputados, o mosquetão não para agredir, com bala de festim exatamente para evitar a agressão e mosquetão e o bastão para defesa individual no cumprimento de uma ordem judicial.

Nego peremptoriamente que a polícia tenha usado armamento que não o armamento comunicado no Plano de Manutenção de posse da Fazenda Saudade, município de Santa Izabel do Ivaí.

Estranho que V.Exa. e seus colegas, que assinaram este relatório, não tenho ouvido pelo menos uma parte da história da polícia militar, que lá esteve presente. É verdade que estive lá. Não estava no momento, como V.Exa. também não estava. Portanto, o nosso julgamento, por mais real que pretendamos que seja, é o julgamento que pode incorrer em falhas. Isso faz parte da história da área da Medicina Legal. Qualquer testemunha de qualquer incidente ou acidente tem uma ótica e tem uma visão a respeito do fato que depois descreve. Portanto, não é justo, não é sério e não é correto que num incidente dessas proporções que lamento, como Vossa Excelência lamenta que um incidente dessas proporções fique apenas na versão de uma das partes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem a palavra para réplica, por três minutos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Secretário, os cidadãos que encontramos lá, tinham vários, mais de um ferimento à bala e não eram só três, como Vossa Excelência colocou na vossa exposição.

A comissão tem os documentos e os prontuários médicos. Pasmem Senhores Deputados. Trabalhador sem-terra com 4 tiros nas pernas e nos pés. Quatro. Isso é sinônimo de quem só queria ir lá desalojar? Isso é exemplo de quem apenas queria cumprir o mandado judicial? Não. Foi violência e é contra esta violência que não só eu, mas todo cidadão de bem, especialmente aqueles que ocupam cargo na área do governo, tem que se insurgir, porque se nós não colocarmos um paradeiro nesta questão, amanhã vamos ter exemplos muito mais tristes para chorar, no Paraná e só não ocorreu uma desgraça ainda maior, por sorte e não foram apenas três, e não foi um cidadão que foi atirado quando erguia o seu instrumento de trabalho que, naquele instante virou uma arma de guerra, que era a foice, dita por Sua Excelência. Foi justamente um tiro pelas costas que transfixou e saiu debaixo do braço e está aqui o laudo do hospital.

Então, não só tivemos a defesa mas também agimos. Foi, naquele momento, uma ação truculenta e vejo hoje, como vi na semana que passou o governador invertendo as posições parecendo vítima desse processo como S.Exa. hoje quer fazer. Vítima não é o Secretário de Estado. Vítima não é o Senhor Governador. Vítimas foram aqueles que mesmo algemados, como foi o caso do Wilson e do Lopes, mesmo algemados, receberam ferimentos à bala. Não podemos jamais admitir que uma autoridade venha, determine uma ação dessas e se defende é porque determina e depois, venha a esta Casa e à sociedade colocar-se como defensor e paladino da justiça. Ora, se isso for a expressão da justiça, precisamos refazer os nossos conceitos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o tempo de Vossa Excelência. Para réplica do Secretário.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Sr. Deputado, V.Exa. alega que tem documentos, alega que disse que apenas havia três feridos.

Não é verdade. Eu disse: "gravemente, nas pernas, três feridos". Hoje outros feridos, Senhor Deputado. Estes outros feridos foram conduzidos pela Polícia Militar aos hospitais, receberam o primeiro medicamento, e como os ferimentos não eram

graves, foram encaminhados pela própria Polícia Militar para o acampamento onde Vossa Excelência os visitou. Acredito que Vossa Excelência está dizendo isso de boa fé, pelo que lhe foi relatado, que foram atirados algemados.

Acredito que Vossa Excelência, que é um homem que respeito, que conheço desde que foi prefeito municipal e que tenho em consideração, que Vossa Excelência foi iludido na sua boa fé. Veja, Deputado, raciocine comigo: televisão, rádio, jornal, fotógrafo. Se alguém tivesse algemado e levado um tiro pelas costas, Vossa Excelência acha que esta cena não seria filmada? É claro que eles disseram a vocês como vão dizer na ONU, que foram feridos algemados. tenho aqui, Senhor Deputado, atestado médico da Santa Casa de Paranavaí, onde foram encaminhados Olívio Dias de Almeida, Pedro Paulo da Silva, Pedro Lopes dos Santos. Estes sim feridos e hospitalizados. Os outros sim, feridos também à bala, mas estes, com maior gravidade. Isto é verdade e condeno esta atividade.

Não estou defendendo tiro na perna, no corpo, na cabeça de quem quer que seja, o que estou tentando relatar, é que a polícia, agredida no cumprimento do seu dever legal, e debaixo de ordem judicial, reagiu a uma agressão. Esta é a verdade. Querer Vossa Excelência ou eu, medir o nível dessa agressão, o nível desta reação, com 8 policiais feridos também, também feridos com foice, também feridos com estilete, também feridos com facões, acho que é pedir demais a uma Corporação que é heróica, mas é composta de homens de carne e osso, com alma e coração, como Vossa Excelência e como eu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. ROMANELLI (Pela Ordem) - Só queria consultar a Vossa Excelência, se na ordem de inscrição no livro, o meu nome não consta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consta. É que prevalece o Regimento Interno. Fala um a favor e outro, contra. Isso é princípio contra.

O SR. ROMANELLI - O Senhor sabe se sou a favor ou contra, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está na cara, não é? Luiz Carlos Zuk com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhor Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira.

Na sua presença na tribuna, inicial-

mente Vossa Excelência mostrou o que é a Polícia Militar, não a Polícia Militar de hoje, dos seus 141 anos de existência. Mostrou Vossa Excelência o que é a Polícia Militar desde o seu primeiro ano de existência. Somos testemunhas, o Paraná e a sua família que não um, nem dois, mas vários Policiais Militares, foram afastados da polícia por atos que realmente não condizem com as orientações dos seus superiores e principalmente com as ordens emanadas do Governo do Estado.

Poderíamos aqui nesta ocasião, Sr. Cândido, ir mais longe do que o Paraná, ver o que aconteceu ali no vizinho Estado do Rio de Janeiro ou mesmo em São Paulo, quando o Policial Militar mal orientado em frente as câmeras de televisão, realmente executou um bandido que todo o Brasil testemunhou esse fato. Mas, a nossa Polícia Militar nos seus 141 anos, tem muito mais um peso positivo para a nossa sociedade, tem muito mais ações de encontro com a razão, a honestidade e o fardamento orgulhoso que tem os seus membros do que fatos isolados.

Nesta mesma Casa, Sr. Secretário, recentemente veio toda a sociedade do Paraná, inclusive aqueles que batem palmas hoje por palavras contra a polícia, bateram palmas para a própria polícia no episódio daquele seqüestro que a sua polícia, que a nossa polícia resolveu tão bem, nesta mesma Casa Sr. Secretário, na Legislatura passada e no Governo passado e aqui está o Rosinha, que é um oriundo como eu da outra legislatura, que nós naquele episódio de Campo Bonito, quando 3 Policiais Militares foram assassinados a paisana, como bem disse a serviço, trabalhando, teve também um Líder dos sem-terra que foi assassinado.

E montamos aqui uma CPI que não levou, Sr. Secretário, e não tivemos resultado daquela ação que foi executada no Governo passado e eu falava com o Deputado Rosinha, que cobrávamos já do Governo passado a responsabilidade daquilo.

E hoje quando testemunhamos neste Plenário a sua coragem, não a sua capacidade, porque não conhecemos, mas o seu discernimento na arguição, dizendo se em uma briga de rua, tem dois brigando a gente separa, isso é natural de qualquer ser humano, basta ter um pouco de consciência, mas tem que saber o motivo da briga, tem que saber porque estão brigando e a briga dos sem-terra nós estamos ao seu lado, mas também respeitamos a decisão judicial e a Polícia Militar nada mais faz, que cobrir a decisão judicial.

Somos pela razão e quando o ilustre Deputado Claudio Romanelli, disse: não sou a favor, nem contra, e nós encerramos dizendo que sou a favor do Paraná, a favor

da justiça e a favor da razão, Senhor Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho que o Deputado não fez nenhuma pergunta ao Secretário, por isso concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhor Secretário.

Queria, Senhor Presidente, numa preliminar aqui, até porque nós temos hoje uma platéia seleta, além dos funcionários do IAPAR, que aqui comparecem, nós temos aqui o oficialato da nossa Polícia Militar, Delegados destacados da Polícia Civil, membros da Magistratura do Ministério Público, que comparecem nesta tarde.

Então, há uma preliminar que deve ser feita Senhor Secretário, Senhores Deputados, o que está em julgamento aqui hoje, o que está em análise não é a instituição da Polícia Militar, mas sim a cadeia de decisões que foram tomadas, que resultaram nessa ação violenta de despejo praticada em Santa Izabel do Ivaí.

Por isso, queria Senhor Secretário Cândido, e quero lhe dizer pessoalmente que fico muito frustrado em ver o Senhor assumir determinadas posições, até porque as posições que o Senhor tem assumido, não condizem com a sua história pessoal, me frustra muito, que as posições que o Senhor tem assumido.

Mas, queria perguntar para o Senhor, de forma clara e objetiva, o seguinte: em primeiro lugar, o Senhor teve conhecimento prévio e determinou a ação de despejo?

Em segundo lugar, o Governador Jaime Lerner tinha conhecimento da ação de despejo que ia ser efetuada pela Polícia Militar?

Gostaria ainda de saber do Senhor o seguinte: o Senhor tem afirmado de forma sistemática, em entrevistas que concedeu, que havia um ex-PM, expulso há dez anos da Corporação, por tráfico de drogas. O Senhor concedeu entrevistas e disse isso, tenho até gravação.

Queria perguntar para o Senhor o seguinte: se Edilson Aparecido Peixoto, é efetivamente um traficante de drogas, por que é que não está preso? Se ele é mesmo um contraventor, por que o arquivo geral da PM emitiu um certificado que classifica-o como... Que deu baixa para ele a pedido porque encontrava-se com bom comportamento, queria sobretudo, Sr. Secretário, que o Sr. me dissesse o seguinte: houve um episódio, inclusive tive a oportunidade de, representando a Bancada do PMDB, dessa tribuna onde o Sr. está elogiando a ação da Polícia Militar e da Polícia Civil, no caso do seqüestro de Marechal Cândido Ron-

don, aonde bandidos, bandidos, experientes, com uma ficha longa de crimes praticados, assaltaram uma residência e tomaram como refém uma família.

Para concluir, Senhor Presidente, o Senhor Secretário ficou durante seis dias e seis noites negociando com bandidos. E por que é que no caso de Santa Izabel do Ivaí, o único a negociar, embora consultasse seu superior, o Coronel Léo, o único a negociar com os trabalhadores rurais sem-terra, foi o Capitão Cândido, queria que Vossa Excelência me explicasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Secretário.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Senhor Deputado Romanelli, começaria respondendo pela última indagação, não invoquei aqui o episódio de Marechal Cândido Rondon, até para não misturar ações completamente diferentes.

Vossa Excelência testemunhou, que lá estivemos, que lá tentamos negociar exatamente por isso Deputado, porque eram três foragidos da Justiça, eram três pessoas com sentença transitada e julgada, fugitivos da penitenciária de Santa Catarina, extremamente perigosos, com sete vidas humanas, quatro mulheres e três crianças, fechados dentro de uma casa, encurralando e ameaçando matar a todo dia, veja a gravidade dessa situação.

Outro quadro, pessoas que eu imaginava de bem, agricultores sem-terra, como diz Vossa Excelência, homens à busca de um chão para plantar, portanto, pessoas, em princípio, não criminosas e nem fascinosas.

Do outro lado, a Polícia Militar em vários episódios simultâneos no Paraná, no interior do Estado e na Capital, qual é a determinação do Governo nestes casos, exatamente porque a nossa intenção não é agredir ninguém, não é invadir uma casa de sequestrado porque lá não tinha sequestrados, porque lá o pressuposto é que eram homens honestos, mulheres e crianças, como diz Vossa Excelência e os seus companheiros.

Era um quadro diferente Deputado Romanelli. Não vamos misturar, não vamos sofismar, não vamos falsear a verdade. Não é verdade Deputado que não tenhamos negociado, li o ofício do Comandante Abraão, testemunhei as reuniões de negociação aqui em Curitiba. Gostaria de poder fazer isso, se pudesse Deputado, estaria presente a cada episódio da Polícia Civil e Militar, lamentavelmente não posso, porque Vossa Excelência já foi Secretário de Estado e sabe que não é possível a gente estar fisicamente presente em todos os mo-

mentos.

Voltando a sua indagação, tomei conhecimento em todos os momentos da negociação do Capitão Gilberto Cândido dos Santos, como tomo conhecimento em todos os momentos da atividade do Tenente Coronel Finn sediado em Guarapuava, e que está cuidando da invasão lá em Laranjal, recebemos relatórios, a Polícia Militar recebe, me passam instantaneamente, ou pelo telefone, ou por fax, o plano de desocupação, de cumprimento de ordem judicial, me foi encaminhado e tem a minha assinatura autorizando.

Mas veja bem, Deputado, não autorizei atirar em ninguém, autorizei a cumprir uma ordem judicial, e nem era intenção da polícia, atirar em quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Romanelli, para a réplica.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria, Senhor Secretário, o Senhor na verdade se furtou a me responder aqui, de forma clara e objetiva, o seguinte: há um decreto vigindo que faz com que o Secretário de Segurança Pública e o Chefe da Casa Civil sejam informados previamente da utilização de força policial para o cumprimento de uma ordem de despejo, decreto este assinado pelo Governador Requião.

Então, queria perguntar ao Senhor o seguinte: o Senhor assumiu a ordem de despejo, muito bem, o Governador Jaime Lerner tinha conhecimento que ia ocorrer o despejo em Santa Izabel do Ivaí?

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, vou voltar a afirmar: Vossa Excelência quer que eu diga sim ou não?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Exatamente.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Mas peço a Vossa Excelência um minutinho de paciência e vou concluir dizendo sim ou não.

Como é que nós procedemos no Governo Jaime Lerner?

Despacho, no mínimo, uma vez por semana com o Governador, coloco-lhe a par de todas as atividades policiais, especialmente as questões que envolvem problemas sociais, e eventuais cumprimentos de decisão judicial.

Temos um princípio que adotamos desde o início do Governo, decisão judicial deve ser discutida no foro do Poder Judiciário, não no Poder Executivo, até admito debate sobre estas questões aqui no Parlamento, mas no Poder Executivo decisões judiciais cumprimos no estado de direito democrático.

co.

Recebi a autorização do Governador Jaime Lerner prévia para, aprovando um plano de desocupação, executar a ordem judicial, essa foi uma determinação geral.

Com relação ao assunto específico foi aniversário do Secretário-Chefe da Secretaria do Governo Jaime Guellmann, nós estávamos lá, o comandante Mainguê, o Delegado Geral da Polícia Civil e eu; e o Governador, naquele dia, tinha viajado para São Paulo.

A tarde procurei o Governador em Palácio e ele não estava. Já tinha autorizado o plano de execução da ordem judiciária.

Portanto, volto a afirmar, o Governador tinha conhecimento geral da tese de cumprimento de Ordem Judicial, mas precisamente esta ordem, assumo a responsabilidade pessoal.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Ele não tinha então conhecimento?

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Tinha conhecimento do plano global, das circunstâncias que envolviam o processo, mas a ordem quem deu foi o Secretário de Segurança.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - O Governador não autorizou, então é isto?

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - O Governador me autorizou a tomar qualquer decisão no cumprimento de Ordem Judicial.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Doutor Cândido, quero perguntar para o Senhor o seguinte: o Governador Jaime Lerner autorizou ou não a ordem de despejo de Santa Izabel do Ivaí?

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Autorizou porque tinha uma autorização geral e ampla.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Réplica e tréplica liquidadas.

Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Secretário Cândido Martins de Oliveira, refleti muito sobre dois episódios do seu Governo, na sua gestão junto à Secretaria de Segurança e, hoje posso ter uma análise clara que para mim significa a situação junto à Secretaria.

Porque por mais que o Senhor diga que são diferentes os episódios de Marechal

Cândido Rondon e da Fazenda Saudade, o Senhor se revela da mesma forma nos dois momentos mais importantes da sua ação. E para mim, tenho clareza que o Senhor e sua Secretaria são adeptos da teoria do castigo exemplar, porque nos dois episódios isso acontece claramente.

No primeiro, o Senhor conseguiu fazer o maior carnaval durante dez dias. Aparecia todos os dias na televisão, porque convinha ao Senhor e a sua política, aparecer. O Senhor ganhava pontos fazendo aquilo. Negociou o que tinha de negociar, não discordo disto: eram três assaltantes perigosos como bem o Senhor falou. Depois foram mortos pela ação da polícia. No outro dia, houve uma declaração única no jornal e silenciou. E foi feito o maior carnaval que esse Estado já viu. Nem na época do Regime Militar, que eu era estudante de Curitiba, eu vi fazer tamanho carnaval em cima de uma ação da Polícia.

Subi na tribuna representando o meu Partido e vou ler alguns trechos de que eu disse daquele episódio: Todos sabemos que a polícia, tanto Militar como Civil, é necessária para a prevenção da criminalidade e até como garantia dos cidadãos cumpridores dos seus direitos e deveres, mas por implicarem o uso da violência contra o ser humano, deve a polícia sempre atuar dentro dos parâmetros específicos com regras claras, respeitando acima de tudo o direito e a liberdade individual dos cidadãos. É próprio da ação policial, como instrumento violento de repressão causar a morte de pessoas criminosas, mas estas situações devem ser as exceções e não a regra, tendo em vista que a possibilidade e cometimento de erros está sempre presente na atividade humana.

Não é possível que em conflitos onde a presença da polícia a ser exigida e que a morte dos criminosos acabe por ocorrer mesmo que indispensáveis para o sucesso da proteção do cidadão, vítima da violência, seja o resultado comemorado num técnico e diabólico festim necrófilo, onde a celebração da morte, mesmo que de criminosos vire em comemoração cívica. Foi isso que o Sr. fez no episódio de Cândido Rondon. Transformou e comemorou a ação cívica.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

E uma ligeira advertência: não é objeto de convocação do Secretário as palavras de Vossa Excelência.

Concedo a palavra ao Secretário Cândido.

O SR. DR. ROSINHA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Artigo 99 novamente. Diz: "No uso de interrogações ao Secretário, serão cinco

minutos. Na réplica, três". O Deputado Péricles usou três minutos e foi interrompido por Vossa Excelência. Então, ele tem mais dois minutos para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sabe que o Senhor tem razão?

O SR. DR. ROSINHA - É porque li o Regimento Interno.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, preciso, pelo menos, concluir o meu argumento.

No segundo episódio, Senhor Secretário, não era vantajoso para o Senhor ficar negociando uma semana com os sem-terra, porque o personagem principal não seria o Sr. e a sua política. O personagem principal seria a injustiça social do Brasil, onde 2% dos grandes fazendeiros são donos da metade do território nacional.

Por isso, a ação na calada e na surdina e lhe digo porque, e coloco o telefone do meu Gabinete à disposição de todos os Deputados, para checar na TELEPAR.

Cinco e quarenta minutos, do dia do despejo, recebemos um comunicado do movimento sem-terra que haveria um despejo. Eu falei, pessoalmente, com Cel. Léo Mota, me corrigiu, perguntei se haviam 100 policiais e ele disse: "Não, apenas 96, não 100". E que ia praticar o despejo, mas foi muito sensível, me tratou muito bem dizendo que eu devia procurar o Secretário. Liguei e falei com o Senhor Tamuri, se não me engano seu Chefe de Gabinete, que me disse que o Senhor tinha se dirigido ao Palácio do Governo. Liguei, falei com o Senhor Gerson Guelman, Chefe de Gabinete do Governador, que me mandou falar com o Comandante da Polícia Militar do Paraná, Cel. Mainguê.

Da mesma forma que disse ao primeiro Comandante da operação, eu dizia que se nós pudessemos negociar com os sem-terra uma solução pacífica, iríamos até a área colocaríamos uma outra terra, para eles poderem aceitar e não serem despejados com violência. O Cel. Mainguê me disse que o Senhor acabara de sair, naquele instante, do Gabinete do Governador e se dirigindo ao seu Gabinete. Liguei, novamente, falei com seu Chefe de Gabinete, ele me disse que o Senhor não havia voltado. Anotou o meu telefone e disse que o Senhor ligaria para mim para eu poder conversar com o Senhor. E nenhuma resposta tive até às 8:30 da noite.

Essa ação foi premeditada! Essas famílias tinham aceitado duas decisões judiciais pacificamente. Saído da terra e depois das terras do DER, que é terra pública, como não podem ficar morando no céu, para se proteger, porque estavam em lití-

gio, por causa da reforma agrária voltaram para a área. Se o Senhor quisesse negociar, minimamente, nós iríamos lá, negociar com os sem-terras, e não haveria nenhuma violência contra aquelas famílias. Mas como o Senhor é adepto do castigo exemplar, o Senhor agiu da mesma forma, que sei do Senhor e da sua ideologia!

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Senhor Deputado: Vossa Excelência faz um juízo de valor do meu comportamento, que admito, pela sua paixão, pela sua posição política, porque Vossa Excelência, provavelmente, não sei a sua região, foi eleito com esse discurso. Mas há uma coisa que nos une, nessa sua análise, realmente a violência deve ser exceção. Concordamos aí! E nesse governo houve duas exceções! Em um ano de Governo, Cândido Rondon e este episódio que estamos tratando aqui. Isto é exceção ou é regra?

Quando a polícia diariamente se defronta com situações de perigo, de angústia e de reação, dois episódios em um ano... Confunde, V. Exa., mais uma vez! V. Exa. quer equiparar seqüestradores criminosos com sem-terra de Santa Izabel do Ivaí. São dois momentos, dois fatos sociais, dois fatos delituosos, e vou dizer a Vossa Excelência com a singeleza de quem explica com boa-vontade, quando há uma ação criminosa de agressão contra a vida humana, o Deputado Vanhoni acabou de dizer que ele mesmo aparta, na rua.

Ora, em Cândido Rondon havia uma invasão, por bandidos conhecidos, não fui buscar mídia Deputado. Recusei-me a dar inúmeras entrevistas, fiquei seis dias e seis noites, sem aparecer em jornal e televisão. Vossa Excelência é que busca o foco! Vossa Excelência é que está buscando a televisão! Vossa Excelência queria, quando me procurou, que eu pegasse Vossa Excelência pelo braço e levasse lá em Santa Izabel do Ivaí. Por que Vossa Excelência não fez como seu colega de Bancada, Irineu Colombo, que, com antecedência e preocupado me procurou para resolver pessoalmente o assunto de Laranjal.

Como fez o Deputado Rosinha, quando foi ao meu Gabinete com Presidentes de Associações que estavam tendo questões com a Polícia Militar, como fazem os Deputados com boa intenção, mas não na undécima hora, ficar no conforto do seu Gabinete a telefonar para o Secretário. É minha obrigação responder aos telefonemas e invoco o testemunho de todos os Deputados, com exceção de Vossa Excelência que não me merece crédito, se eu não respondo os telefonemas a noite, de madrugada, a qualquer hora, principalmente quando o assunto é grave, refuto as afirmações de Vossa Excelência, não as aceito, porque

são suspeitas e parciais.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Queria dizer o seguinte, Secretário.

Quem chama os sem-terra de criminosos é o Senhor. O Senhor falou nessa tribuna que os sem-terra eram comandados por um criminoso que distribuía coquetel molotov a eles. O Senhor falou desta tribuna que homens que colocam seus filhos como escudo não merecem respeito. Então jamais coloque na minha boca coisas que não disse. O que eu disse e repito é que sua visão de mundo se revela os dois episódios, por mais distintos que eles sejam, isso sim eu disse e continuo repetindo.

Segundo lugar, Senhor Secretário, o meu telefonema o Senhor não respondeu. Saiba por quê? Porque a ação na Fazenda Saudade foi premeditada, como bem disse Angelo Vanhoni. Os sem-terra haviam duas vezes aceito pacificamente a ação judicial, na segunda vez, entraram na Fazenda Saudade na terça-feira de manhã, pelas notícias que tenho e já na quarta às 18:30 estavam sendo despejados, sem a mínima possibilidade de negociação.

O que eu queria quando lhe telefonei, não era ir atrás da mídia, porque poderia ter ido fazer parte da Comissão e não fiz. Fui a Irati na quinta-feira cumprir deliberações do meu Partido, porque tinha outros companheiros de maior respeito compondo a nossa Comissão e não do PT, então não era esse o meu interesse, era negociar e porque telefonei na undécima hora? Porque jamais podia imaginar que ia acontecer isso no Governo Jaime Lerner e porque foi às 17.30 que recebi o telefonema dos sem-terra dizendo que o despejo ia acontecer, mesmo porque anteriormente o Senhor tinha negociado um caso muito mais complicado de 350 famílias e o despejo não tinha acontecido, foi por esse motivo.

Queria que o Senhor dissesse porque não respondeu o telefonema, a razão é óbvia, o Senhor estava premeditado é a teoria do castigo exemplar mais uma vez, junto com um Deputado dessa Casa, indo atrás do Diretor do DER para despejar as famílias da beira da estrada porque não tinham lugar para onde ir.

Se fôssemos negociar, qualquer Deputado dessa Casa, não precisava ser do PT, qualquer promotor de justiça desse Estado, tenho certeza que essa violência cruel contra os sem-terra não havia acontecido.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Senhor Presidente, volto a receber as mesmas acusações, mas gostaria de, o Deputado um pouco mais calmo, mais tranqüilo, de dizer a Vossa Excelência que está se confundindo numa nova teoria da violência.

Gostaria de saber se Vossa Excelência é o autor ou se colheu essas informações de algum escritor famoso a respeito dessa teoria da violência que sou adepto e ao ver de Vossa Excelência estou praticando.

Teoria da violência para cumprir ordem judicial, teoria da violência para salvar reféns de Cândido Rondon.

Esta é a teoria da violência que o eminente Deputado quer colocar sob a minha responsabilidade, mas V.Exa. tão angustiado, tão sofrido mentalmente e intelectualmente com a chamada teoria da violência acaba de testemunhar a nosso favor, quando diz que os sem-terras pela primeira vez saíram na invasão da fazenda no começo de outubro, é verdade, instados por quem? Por Vossa Excelência? Pelo PT? Não, pelo Capitão Gilberto Cândido dos Santos, ele esteve lá com a ordem judicial, conversou com os sem-terras e eles saíram premeditadamente para ocupar a faixa fronteira da estrada, lá ficaram, o capitão conversou com o Prefeito e arranhou um terreno, voltou a pedir que eles saíssem da faixa de terra, eles não saíram de lá Deputado, ficaram, fizeram incursões diurnas e noturnas numa verdadeira tática de guerrilha, impedindo o funcionamento da livre propriedade, nem um gesto de agressão foi feito até que veio a segunda ordem e a segunda determinação, durante um dia impediram o livre trânsito.

Não vejo premeditação, não vejo intenção de violência, volto a repetir, se soubesse do seu telefonema teria, muito embora sabendo das suas posições, por respeito ao Parlamento a que Vossa Excelência pertence respondido ao seu telefonema e teria acompanhado Vossa Excelência numa tentativa de negociação que já não era mais o caso, porque nesta hora que Vossa Excelência me telefonou os coquetéis molotov já tinham voado, os policiais já estavam feridos, se é que Vossa Excelência ligou, estou dando crédito as palavras de Vossa Excelência.

Ouvi dizer que um Deputado me procurou às 7:00 ou 7:30 no Gabinete do Governador, saí na companhia do Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa, desci com ele do 2º andar a pé até o pátio do Palácio Iguaçu, lá mantivemos um diálogo e uma conversa de mais de 20 ou 30 minutos. Preocupado o Deputado queria que eu o acompanhasse no lançamento de um livro que estava acontecendo naquele momento, que ele compareceu, e eu disse a ele que não iria porque estava com notícias de que estava havendo um conflito lá em Santa Izabel do Ivaí. Voltei para o comando da polícia militar e para o meu Gabinete, acompanhei...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra-

do o tempo de Vossa Excelência.

Concedo a palavra ao Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Ouvimos atentamente as explanações do nosso Secretário da Segurança, nosso amigo Cândido. Acompanhamos a trajetória do Secretário de Segurança há muitos anos, acompanhamos o seu trabalho como Parlamentar, acompanhamos o seu trabalho como membro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e estamos trabalhando com o nosso Secretário há questão de dez meses, o Senhor na Secretaria e nós na Assembléia Legislativa.

Sabemos que o trabalho que Vossa Excelência ou a sua Pasta, ou a sua Secretaria, requer grande habilidade, primeiro habilidade da negociação, segundo, habilidade da Polícia Militar da Polícia Civil em saber entender o outro lado. A Polícia Militar, Polícia Civil Secretaria de Segurança num todo, trabalham diariamente com marginais e com cidadãos do bem.

Foi levantada pelos oradores que nos antecederam duas questões; uma questão da desocupação da fazenda em Santa Izabel do Ivaí, e a outra questão que envolveu o comando da sua Secretaria, envolvendo o seqüestro na nossa Cidade Marechal Cândido Rondon.

Acompanhei "pari-passu", dia a dia, a negociação do seqüestro na minha Cidade Marechal Cândido Rondon, aonde V.Exa. assumiu pessoalmente essa operação. E a polícia tem demonstrado não para o Paraná, mas para o Brasil e por sua atitude este Poder a tem homenageado.

Sabemos nós, Senhores Deputados, que é difícil ser um policial, na conjuntura que nós vivemos hoje, porque cada vez que um policial enfrenta um marginal, quando levanta o seu cacetete ou puxa a sua arma e a empunha, sabemos que a Legislação o condena. Não queremos com isso incentivar, pelo contrário, somos contra a violência. Não acompanhamos Sr. Secretário o desenrolar, o desfecho da desocupação da Fazenda de Santa Izabel, mas tomamos conhecimento pela imprensa e tomamos conhecimento através das pessoas que trabalham na Secretaria de Segurança.

Quando aqui na Assembléia Legislativa, aprovamos o requerimento convocando Vossa Excelência e quando aqui na Assembléia foi apresentado um relatório da Comissão que acompanhou esse trabalho em Santa Izabel do Ivaí, sabemos também que foi ouvido só um lado da questão.

Nunca dá para pré julgar ninguém, em momento nenhum fizemos um pré julgamento, mas sabemos nós Secretário, que não é de nossa iniciativa que não é da iniciativa

do Governador do Estado Jaime Lerner incentivar a violência, pelo contrário, porque acompanhei, quando nossos policiais fizeram de tudo, para não usar de violência na minha cidade de Marechal Cândido Rondon que quando lá estavam marginais e aqui estavam trabalhadores sem-terra, aí nesta noite Sr. Secretário na minha Cidade de Marechal Cândido Rondon, mais três famílias foram vítimas de assaltos, levaram dois tratores e uma camionete. E o que é que vamos fazer nesse momento.

Me emociono sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque vivo na região aonde a onda de crime é violenta, quando nós somos obrigados a chamar a polícia, e o que é que vai acontecer amanhã, quando os seus policiais que estão aqui presentes, haverão de enfrentar esses assaltantes. Não vi nenhuma vez aqui na Assembléia Legislativa fazer tanta onda, como se faz agora. Porque é que a Assembléia não se manifestou, como está se manifestando hoje, quando três policiais em Campo Bonito foram mortos, porque é que agora a Assembléia não tem se manifestado no episódio do Pitanga. Agora sim, nós somos a favor da Reforma Agrária, nós somos contra a violência, somos contra a invasão, porque o seu direito termina onde começa o meu direito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado. Com a palavra o Senhor Deputado Emerson Nerone.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Gostaria de perguntar objetivamente ao Senhor Secretário Cândido. Acho que todo esse episódio de Santa Izabel, deu exatamente a oportunidade para que V.Exa. pudesse chegar na Assembléia Legislativa hoje e dessa Tribuna esclarecer a Assembléia Legislativa daquilo que acontece na Secretaria e aquilo que acontece no Governo do Estado.

Sabemos, é o pensamento do Governador fazer uma administração transparente e clara para que todos nós possamos tomar conhecimento. Por causa disso Senhor Secretário, que a Assembléia Legislativa tem votado por unanimidade a favor desse Requerimento e V.Exa. tem se prontificado debater com nós Deputados.

Eu lhe faço uma pergunta bem objetiva, esse se não me falha a memória é o único episódio que realmente tem levantado questões de Santa Izabel do Ivaí. Pergunto a V.Exa., quantas ordens judiciais a vossa secretaria já tem atendido na desocupação por invasão dos sem terra, ou invasões urbanas ou outras ocupações que tenham acontecido no Estado do Paraná, quantas já foram executadas, quantas já foram cumpridas, e se já tiveram algumas dessas invasões, dessas ocupações algum impasse entre a Polícia e os ocupantes? Seria isso.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Pois não, Senhor Deputado.

Agradeço as referências de V.Exa., que acredito mais na nossa amizade, no nosso respeito recíproco.

Respondendo objetivamente a V.Exa. Dentre ordens judiciais de reintegração já cumpridas nestes onze meses de Governo, nós temos nove, a última delas foi cumprida em data de três de outubro de 1.995, no Município de Santa Galo, Distrito de Goixim, num total de oitenta famílias, não oitenta pessoas, oitenta famílias, aproximadamente trezentas pessoas. Como a Polícia Militar procedeu? Da mesma forma como procedeu aqui, nesta desocupação que nós estamos dialogando. Qual foi a diferença? Os invasores desta Fazenda chamada Fundo Grande, em Santa Galo, não tinham adestramento militar de um ex-PM, era um acampamento composto de agricultores legítimos, que no instante em que dialogaram com a polícia, que viram a ordem judicial, e a desocupação foi feita no dia seguinte da ordem judicial, exarada pelo Juiz de Direito da Comarca de Guarapuava, naquele instante, aqueles invasores bem intencionados, saíram dali e foram ocupar outra área, com a proteção da polícia.

Aqui neste município tinha efetivamente agricultor, tinha? Gente de respeito sim, só que havia ali o comando, e aqui respondo a pergunta do Deputado Romanelli, o comandante de um-PM, que ficou um ano na Polícia Militar, que respondeu três sindicâncias, a última das quais por tráfico de drogas. A sindicância concluiu pela sua culpabilidade e responsabilidade. Quando o processo subiu à apreciação do Comandante Geral da Polícia Militar, ele mandou arquivar a sindicância. Por quê? Porque ele era candidato a Deputado Estadual e se elegeu Deputado por razões políticas.

Logo em seguida, este soldado inadequável pediu sua baixa, e é evidente, é uma norma da Polícia Militar, faz parte do Regimento da Polícia, quando um cidadão responde uma responsabilidade, um inquérito, uma sindicância que foi mandada arquivar, a sua ficha vira uma ficha correta. Mas, este cidadão, que pediu baixa da polícia, que se envolveu no movimento dos sem-terra, que se intitula sem-terra, é proprietário de dois lotes urbanos em Quêrência do Norte, o pai tem vários alqueires de terra no interior do município, a sua mulher duas lojas, e mais uma coisa, o Deputado Hélio Rusch me lembrou, há inquérito correndo por contrabando de trator, comprado da TransParaná, e contrabandeado para o Paraguai. Este homem é que liberou a resistência com armas agressivas sim, e dentre os feridos na perna, lamentavelmente, dois deles são proprietários de terra em Loanda, tenho a certidão do registro de

imóveis. Que sem-terra são esses? Vou lhe dar o nome Deputado Romanelli. V.Exa. tem o nome, V.Exa. sabe que lá não estavam só os sem-terra.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

É que o Secretário Cândido, na verdade o relatório da Comissão especial...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. terá oportunidade quando falar pela liderança.

Concedo a palavra, ao Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, gostaria de entrar aqui numa outra visão, apenas para que a gente clareie exatamente, o que é que é a Polícia Militar do Paraná, e o que significa ser Secretário de Segurança do Estado do Paraná.

Existe uma regência, chamado Regimento Disciplinar do Exército - o RDE. O RDE é o que disciplina toda a ação da Polícia Militar no Estado do Paraná, e este poderia ser modificado se houvesse vontade política. Não existe. O RDE torna o Secretário de Segurança e o alto comando Capitão, Sub-Tenente, Tenente, Coronel, Major, não sei exatamente o que tem na PM, torna esses homens senhores da Polícia Militar do Paraná.

Quando os aumentos diferenciados acontecem, na calada da noite, para o alto-comando, é exatamente porque o RDE deixa claro, que nenhum soldado pode se manifestar de forma contrária ao comando, ferindo a hierarquia.

Por isso, se vocês forem conversar com os PMs, e eu era Vereador de Maringá, meu suplente é ex-Cabo da Polícia Militar, Cabo José Maria.

Tenho feito reuniões com dezenas e dezenas de PMs por este Estado. As portas fechadas, porque o Comando da Polícia Militar do Paraná deu uma ordem, clara, de que não é para os PMs fazerem nenhum tipo de reunião com os políticos. É óbvio, é evitar que alguém possa ferir a hierarquia, a supremacia, poderia ser a corte.

O RDE é que dá o tom do que é a Polícia Militar do Paraná. Não teremos segurança pública, profissional no Paraná, enquanto a hierarquia se der dessa forma, e o regimento disciplinar continuar a ser aquele, feito através de procedimentos que a Ditadura nos conta muito bem, qual é a sua finalidade.

O DER pediu reintegração de posse, Secretário Cândido, a partir de um pedido pessoal, de um amigo, um fazendeiro que tem 24 fazendinhas, e aquela é uma delas, é de 1.200 hectares. O proprietário, Miguel Zattar, lá em Pinhão, fez pedidos pes-

soais ao Secretário, e até hoje mantém a posse...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicito que Vossa Excelência tenha objetivo.

O SR. EMERSON NERONE - Vou objetivar.

Até hoje, tem tirado terras, tem tirado as árvores daquela região toda, porque é amigo de um Secretário e de outro.

No Paraná, Secretário, falar em segurança pública profissionalizada, como o Senhor fala, passa por uma vontade política, que o Senhor não teve até hoje. De mudar drasticamente o regimento que disciplina esta mesma polícia. Entretanto, quando o Senhor fala em nome da sua política, como o Senhor falou no começo, o Senhor disse da sua polícia, sim. Da sua polícia, e do comando, do alto-comando, porque a Polícia Militar do Paraná, regida por um regimento hierárquico terrivelmente centralizador, essa não é a sua polícia. Essa Polícia Militar, Cabos, Soldados, que ganham soldos muito menores. Esses aí não concordam com a forma como é levada a Segurança Pública do Estado do Paraná.

Infelizmente, eles tiveram que obedecer a sua ordem, a ordem do comando. Gostaria apenas de esclarecer um ponto: quando a Comissão estava lá em Santa Izabel do Ivaí, depois de ouvidos os senhores, eles procuraram o Comandante. E o Comandante não os pode receber, porque estava muito ocupado, talvez na sua casa, os talvez escondido. Mas a Comissão procurou, ficou uma hora e meia sentada na ante-sala do comando daquela região e não foi recebido. Porque não havia interesse, e obviamente aí havia, de qualquer forma, uma premeditação para não recebê-los.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o horário de Vossa Excelência. Secretário com a palavra.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Acredito que o brilhante Deputado não formulou nenhuma indagação, ele teceu críticas à organização policial.

Admito e respeito o seu ponto de vista. Cada cabeça, uma sentença; cada ideologia, um procedimento; cada cérebro, menor ou maior, na forma de raciocínio. O de Vossa Excelência, não qualificaria o tamanho, mas pelo retrato, vejo que não é dos mais brilhantes.

Então, reservo-me o direito de receber a sua sugestão, reservo-me o direito de, com humildade, receber a sua sugestão e proceder a um estudo a respeito desse assunto. Só queria que Vossa Excelência soubesse que o RDE, Vossa Excelência é

legislação que foge à competência do Estado. As Polícias Militares hoje, por força constitucional, têm que seguir o modelo federal. Tanto isso é verdade, que se debate muito a tese da união das duas Polícias: Civil e Militar.

Até aceito o debate em termos filosóficos, mas foge da competência de um Secretário de Estado, como foge da competência de um Deputado Estadual, mudar a estrutura da Polícia no Estado do Paraná, como foge da competência do Rio, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, mas prometo a Vossa Excelência que vou me debruçar, por amor à arte, a esse estudo que Vossa Excelência sugere.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para réplica, com a palavra, o Deputado Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Secretário Cândido, durante este ano, o Senhor recebeu, de minha pessoa, aprovado por este Plenário, oito requerimentos de pedidos. Dois eram de algum prefeito que pediu se haveria verba ou não para isso ou para aquilo, e foram respondidos. Seis o Senhor não respondeu. Seis. Isso já foi reclamado ao Líder Algaci Túlio, na relação de todos os envios dos...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos)

Peço a Vossa Excelência que se atenha ao objetivo da convocação.

O SR. EMERSON NERONE - O Senhor não respondeu exatamente porque na forma com que utiliza a sua cadeira, na forma de rei, é melhor não responder mesmo. A ofensa que o Senhor me faz hoje, Senhor Secretário, recebo como consolo de entender que na sua cabeça deve pesar uma dor imensa talvez, e quero acreditar que tenha, de ter mandado executar uma ordem judicial, atirando nas pernas daqueles homens.

Se o Senhor soubesse, e essa é a sua tese de defesa, se o Senhor soubesse que esse homem estava infiltrado nesse movimento, o Senhor teria mandado prendê-lo, o Senhor não sabia disso. O Senhor mandou, sem saber que esse homem estava infiltrado, atirar nas pernas.

Senhor Secretário, na calada da noite, às 8 horas da noite, nenhum homem justo manda executar ação judicial nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Réplica para o Senhor Secretário.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Senhor Deputado, mais uma vez ouvi Vossa Excelência com toda paciência e com todo respeito, mas me permi-

ta dizer que Vossa Excelência está absolutamente fora do procedimento normal de uma Assembléia Legislativa, à altura desta, do Paraná. Vossa Excelência está usando da palavra pura e simplesmente para me agredir pessoalmente.

Recebo esta agressão com toda humildade, porque os meus cabelos brancos já fizeram com que a minha paciência redobrasse diante de um moço com futuro, jovem como Vossa Excelência.

Vossa Excelência citou para mim que mandou seis requerimentos. Não sei se esses requerimentos foram da autoria pessoal de Vossa Excelência. Se foi da autoria pessoal, respondo se quiser. Agora, se o requerimento foi aprovado pela Assembléia, e foi encaminhado pela Comissão Executiva, na minha Secretaria não há nenhum requerimento sem resposta, e acho que Vossa Excelência faz essa afirmativa com má-fé.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, caríssimos Deputados, Senhor Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, seja bem vindo a esta Assembléia.

Vossa Excelência que tem uma experiência longa na vida pública, tem, no dia de hoje, a oportunidade de enriquecê-la, com este debate, com esta participação nesta Sessão de hoje, quando os Deputados cumprem um papel constitucional e legal, de fiscalizarem os atos do Poder Executivo e todos os fatos e atos que ocorrem no Estado do Paraná. A participação de Vossa Excelência com abertura, democracia, demonstra a sua grandeza, a sua coragem e o seu interesse e propósito de que todos os fatos a respeito desse episódio sejam, de fato, esclarecidos.

Como Deputado, gostaria que essa oportunidade não servisse para que eventualmente Deputados de oposição, procurassem denegrir a imagem de um governo ou deputados da situação, procurassem defendê-la. Muito mais do que isso, essa deve ser uma Sessão em que todos, imbuídos do propósito verdadeiro de querer esclarecer os fatos, busquemos através deste diálogo, desta participação, realmente entender aquilo que aconteceu na desocupação dessa propriedade no Município de Santa Izabel do Ivaí.

Acho que a única dúvida que pesa, se o objetivo é esclarecermos o que ocorreu na desocupação, essa violência de que se utilizou a polícia, foi ou não legítima e foi ou não necessária. Todos os atos, fatos e acontecimentos, decisões judiciais que precederam essa decisão de cumprimento da ordem judicial, eu acho que não cabe discutir.

Se a decisão judicial foi válida ou não, se ela foi justa ou não, isso pode ser discutido em outra oportunidade. Se a Secretaria de Estado da Segurança vem trabalhando bem, e particularmente acho que vem trabalhando muito bem, isso tudo tem que ser discutido em uma outra oportunidade. Cabe aqui, hoje, discutirmos de maneira específica, o episódio ocorrido naquela noite do dia 8, às 20 horas, nesta propriedade, quando se deu o cumprimento da ordem judicial de desocupação.

E, se a única dúvida era essa, particularmente acho, e não tenho dúvida alguma, de que os policiais agiram em estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento da ordem legal. São três excludentes de ilicitude, três excludentes de antijuridicidade.

Ouvi aqui de vários Deputados, inclusive um grande companheiro, que é um Deputado brilhante, o Deputado José Maria, que dizia que quando da sua visita ao local, ele ficou estarrecido com a cena de horror que ele presenciou com os vários feridos. É evidente que não temos condição de analisar o que ocorreu naquela oportunidade, no dia em que se deu a desocupação, um dia inteiro de tensão, um dia inteiro de negociações, um dia inteiro em que seres humanos, policiais militares estavam ali para cumprir uma ordem judicial, pensando nas suas famílias que estavam em casa e pensando naquela família dos "Sem-terra" que estavam lá, tensos, em estado de excitação, preocupados com o momento em que ia se dar o fato.

Existe um filósofo espanhol - Ortega Y Gasset, que diz o seguinte: "O homem é o homem, e as circunstâncias que o envolvem". É impossível hoje, aqui dizermos. Se estivéssemos lá, teríamos agido de forma diferente, iríamos negociar democraticamente, mas as circunstâncias do momento eram adversas! "Sem-terra", trabalhadores rurais, humildes, porém, alguns infiltradores e agitadores provocando os policiais, estado de tensão, nervosismo. As condições não eram favoráveis.

Portanto, os policiais agiram como policiais e as circunstâncias que os envolveram, não cabendo, naquele momento, no meu modo de entender, outro comportamento, a não ser aquele que eles, infelizmente, e tenho certeza que para eles também, infelizmente, a maneira que eles tiveram que agir.

Portanto, Senhor Secretário, quero dizer a Vossa Excelência, que não tenho pergunta a fazer, mas como homem público e parlamentar, V. Exa. dispõe de todo o meu apoio, de todo o meu respeito, ainda que eu tenha formação humanista, tenha uma visão social sobre a questão dos sem-terra, o problema da reforma agrária no Brasil

é sério e pode ser discutido também em uma outra oportunidade, mas com relação a esse episódio especificamente, não só porque V. Exa. e toda essa Corporação vêm desempenhando com honradez o seu papel, mas porque, analisando friamente, de maneira racional o episódio, não havia aos policiais militares, outro comportamento, senão, agir em legítima defesa, estado de necessidade e estrito cumprimento do dever legal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Sr. Secretário Cândido Martins de Oliveira.

Não vou, da mesma maneira que o meu companheiro Trevisan, lhe fazer pergunta alguma, até porque na noite de ontem, assisti até a altas horas, um brilhante interrogatório feito por homens e mulheres de bem e competentes, que me fizeram as mais variadas perguntas a respeito do episódio e que efetivamente me satisfizeram muito.

Já tive a oportunidade aqui Sr. Secretário, nesta Casa, de lembrar Pablo Neruda, o velho Pablo que disse: "Nunca existe uma única verdade" - depondo-se e como simulam que estavam.

E não caberia aqui nesta oportunidade, Sr. Secretário, discutir-se ideologia, que foi o que mais se fez, as perguntas realmente as ouvi na noite de ontem num programa de televisão, ideologia não é a hora, nem o momento para se convocar um Secretário de Estado, dizer que não existe em toda a história.

Ora, as armas dos militares são armas bélicas as dos sem-terra, são instrumentos de trabalho. O médico tem o seu bisturi, como instrumento de trabalho, mas ao invadir a minha casa ela é uma arma. Dizer que se tratavam de homens e mulheres humildes, concordo perfeitamente.

Será, que os policiais que lá estavam, também são humildes, será que não estavam cumprindo uma decisão judicial, defendendo o direito a propriedade, contra a desordem e a baderna, será que esses homens queriam realmente no seu íntimo, como todo Governo queria a violência, será que a única verdade é de que a violência só partiu de um lado?

Sr. Secretário Cândido, hoje pela manhã tive a oportunidade de participar de um encontro junto com o Secretário Hermas Brandão, com dezenas de Secretários de Estado e Secretários de Municípios, que me incumbiram de lhe hipotecar a solidariedade, de lhe cumprimentar pela coragem e principalmente para lhe gratificar. Que se existem como diz o velho Pablo, "duas ver-

dades", nós ficamos com a sua.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estou recebendo uma aula, dos colegas de Bancada o Deputado Trevisan cita, José Ortega e Garcia, autor das "Rebeliões das Massas" e Nelson Justus, Pablo Neruda, um dos seus livros "Que não há conflitos sem vítimas".

Muito obrigado pela aula que recebemos. Aliás, não há pergunta? Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Sr.

Secretário, acredito ser difícil começar esta minha participação, frente a tantas situações dos nobres Pares.

Mas, queria fazer uma colocação pertinente acredito. Vejo aqui o alto Comando da Política Militar presente, da Polícia Civil, da Magistratura e a Polícia Militar principalmente, está envolvida neste fato do despejo conhece os seus oficiais mais antigos, o carinho, a dedicação e o respeito que nutrimos por esta Corporação. E me parece, Secretário Cândido Martins, que há um enfoque um tanto não correto nessa sessão que a Assembléia faz no dia de hoje.

Estamos aqui discutindo, Deputado Nelson Justus, ouvi inclusive a sua colocação, problema ideológico de reforma agrária, através de invasão ou não, de acampamentos ou não.

Estamos aqui discutindo cumprimento ou não de Ordem Judicial. Me parece, Sr. Presidente, que o que é alvo da convocação do Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, é avaliarmos se nesse ato praticado pela Polícia Militar houve excesso no despejo. É isso que deve essa Assembléia nesse instante questionar.

E nem a paixão, e acredito justificável pelo cargo que exerce do Secretário, na defesa da ação da Polícia Militar. Nem tampouco o ímpeto de uma Comissão e quero aqui registrar, Sr. Presidente, uma Comissão oficialmente tirada desta Casa que foi ao local.

Portanto, não se procure em instante algum querer levar a entender que a opinião é pessoal dos Deputados José Maria, ou do Deputado Romanelli ou de outro Deputado que tenha participado. É uma Comissão Oficial deste Poder, como o Executivo tem uma Comissão de alto nível que está nomeando agora.

Precisamos, Sr. Secretário, nesse instante avaliarmos com profundidade e aqui fica a primeira pergunta que é óbvia a sua resposta, se há um inquérito policial militar em andamento para apurar a responsabilidade, de conhecermos na prática, se não eventualmente excesso de algum

policial, não estive no local, mas quando vejo uma argumentação de que há um cidadão com 4 tiros nas pernas, quer me parecer que, ou diversas pessoas atiraram ao mesmo tempo ou houve um excesso, porque não há como dar 4 tiros na perna de uma pessoa apenas para provocar uma retirada de uma pessoa de uma área de terra.

Ora, é isso que precisamos julgar, Sr. Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira. Fui Secretário, fui Chefe da Casa Civil, por minhas mãos passaram dezenas de procedimentos feitos pela própria Polícia Militar pedindo exclusão dos seus quadros, de policiais que erraram das mais variadas formas, pelos mais variados delitos e entre eles, muitos de excesso, no exercício de sua função.

Ora, quem nos diz e aqui não quero Srs. Parlamentares dar uma no martelo e outra na ferradura, no cravo e na ferradura. Acredito na boa fé, não acredito que V. Exa. Sr. Secretário Cândido, que eu conheço da Região Sudoeste, tenha determinado que a Polícia vá lá para atirar nas pessoas. Não acredito que o Comandante da Operação tenha dito: "Entre lá atirando nas pessoas". Agora, que pode ter existido por parte de alguém o excesso na prática do ato do despejo pode.

E para encerrar, Sr. Presidente, se levamos a discussão no ângulo que estamos levando, de um lado dizendo que a Polícia agiu moderadamente, no estrito cumprimento do dever, com todos os requisitos que a prudência exige e do outro lado da acusação, então que se desfaça nesse instante o IPM, Sr. Comandante da Polícia Militar, porque se o IPM apontar qualquer excesso por parte de um policial estará desautorizando o Secretário de Segurança que está na tribuna, na defesa do ato praticado pela Polícia.

Se essa é a verdade, que não há a mínima chance de existir qualquer ato de violência desnecessária, não há razão da existência do IPM, porque se ele apontar para este lado estará desautorizando o Secretário.

Sr. Secretário Cândido Manuel Martins, a apologia da violência não pode ser a apologia da Polícia Militar, reconheço o direito do cidadão de no exercício da função de polícia resguardar a sua autoridade, a sua vida; mas não podemos fazer o ato do bater, o ato do agredir, o ato de atirar como uma regra, sob pena de correremos o risco de daqui a pouco generalizar a violência. E se fizermos, transformarmos, Deputado Anibal Khury, esta Sessão, que tem o fito do esclarecimento da verdade numa peça acusatória aos sem-terra eu apresentaria um Requerimento para a convocação então dos acampados para lhes dar o direito de defesa.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, apenas porque se a eventual discordância do Secretário Cândido me daria o direito a réplica, e se V. Exa. passar para outro e houver referência eu perdi o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas parece que V. Exa. não solicitou nenhuma informação ao Secretário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas sobre se existe o IPM, o que é óbvio que o Secretário vai responder que sim.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - V. Exa. com a experiência que tem sabe que qualquer fato na área da Polícia Militar em seguida é objeto de IPM, absolutamente isento, até porque o Comandante da Polícia Militar designa, confesso que não sei quem é que participa desse IPM, e o IPM deve ser sério e conclusivo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito, Sr. Secretário, e acredito que seja.

E faço mais uma vez a afirmação que fiz no começo, acho que no fundo, nós, nessa sessão, estamos declinando do ponto de vista primordial, que é de sabermos se há, se pode ter existido excesso ou não, porque o resto, pelo menos em meu nome e em nome da nossa Bancada que está aqui, quero deixar claro que se sob hipótese alguma paira sobre nós qualquer tipo de convocação de V. Exa. para fazermos acusação à Segurança Pública, ou à Polícia Militar como corporação, poderemos fazê-lo individualizado no ato de um dos seus componentes, mas como corporação só nos resta elogiá-la e reconhecê-la.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Geraldo Cartário com a palavra.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Secretário, há pouco tempo atrás o Paraná viveu um momento todo especial com um pedido de intervenção no Estado pelo não cumprimento de ação judicial, houve inclusive intervenção no Estado.

Sabemos que nas últimas eleições o PT, e outros candidatos, especialmente candidatos a Presidente, segmentos da igreja progressista, e outros segmentos, inclusive aproveitadores, e oportunistas a fim de faturar em cima do movimento sem-terra, tem trazido uma expectativa muito grande ao nosso trabalhador rural. Assim sendo eles procuram uma forma de ocupar um espaço, e esta forma ali no caso de Santa Izaabel do Ivaí certamente que tinha homens de bem e mulheres de bem. Mas o ódio de tan-

tas promessas falsas neste País sobre a terra fizeram com que aquela população, através dos mais agitados, levasse o ódio àqueles valorosos soldados da Polícia Militar do Paraná que ali se faziam presentes. Agressão por parte desta gente não é com o Governo Jaime Lerner, não é com o Governo do Estado do Secretário de Segurança, certamente que não é com a Polícia Militar, que todos nós sabemos que são uns abnegados, que ganham uma miséria e que cumprem ordens.

Vossa Excelência cumpriu uma ordem, os meus parabéns, porque Vossa Excelência não é homem passivo, conheci-o na FUNDEPAR, na Secretaria de Educação, no Tribunal de Contas, como Deputado, então Vossa Excelência não pode jamais ser considerado passivo. Por isso, que aqui se falou algo a respeito da sua posição decidida, como foi no caso de Marechal Cândido Rondon. O Governador Jaime Lerner pressionado pelo ex-Governador do Rio, Leonel Brizola, a que o afastasse. O Governador do Paraná mostrou que ele é o Governador do Estado e que não governa por intermédio do Rio de Janeiro, porque se o Brizola tivesse o prazer no seu Governo, de ter uma Polícia Militar como tem o Paraná, se tivesse uma Polícia Civil como o Paraná tem e um Secretário de Segurança com a capacidade que Vossa Excelência na sua vida, meus companheiros, o Brizola seria Presidente da República. Teria sido eleito Presidente da República. Infelizmente a Polícia do Rio de Janeiro e ele muito menos tem moral para falar da Polícia do Paraná. Essa que é a verdade.

E nós sentimos isso de perto, porque há a necessidade de se cumprir as ordens do Judiciário. Agora cabe aos Deputados Federais, inclusive aos estaduais de colocar um basta em todas essas mentiras e propagandas falsas. Precisa saber primeiro qual a terra que pode ser desapropriada. O Presidente da República não pode se acovardar. O Congresso Nacional não pode ficar se acovardando, porque aí querem transformar o Cândido Martins de Oliveira na vítima do Estado do Paraná.

Secretário, a ciúmeira é muito grande. O episódio de Marechal Cândido Rondon vai lhe custar muito caro. Vossa Excelência ficou muito famoso; o Governador ficou muito famoso. Tem gente que jamais quer e vai permitir que o Paraná avance suas fronteiras. Está na hora de, nós, paranaenses, nos unirmos, se irmanar, defender os valores do nosso Estado e os valores aí estão colocados na segurança do Estado com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com o Secretário de Segurança.

Vamos, sim, dar um basta a essas notícias que querem comprometer o futuro do político, dos políticos do Paraná! Chega

de ficarmos carregando o andor sempre para eles! Está na hora do Paraná se auto-afirmar e nós não podemos aceitar levianamente calúnias, difamações contra a nossa segurança do Estado por interesses políticos. Porque hoje nós sabemos que o PDT tem candidatos a Presidente da República e eles não querem permitir que o Paraná chegue lá. Essa que é a verdade.

Obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Rossoni. Prosseguindo a orientação aqui do Dr. Rosinha, dois por um.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Secretário, não paira nenhuma dúvida dentro do PDT do Paraná esta ação que naturalmente todos os paranaenses, como nosso Governador e Vossa Excelência não queria que acontecesse. Isto, qualquer pessoa de mente sã, jamais vai admitir de que um Secretário de Segurança, de que um Governador vai autorizar um ato como aquele.

Sabemos que na vida é assim: a toda ação, existe uma reação. Mas Senhor Secretário, a conclusão deste fato nós já temos. Estava aqui preparado para ouvir aqui perguntas picantes, esclarecedoras, mas foi para um caminho mais preocupado com os holofotes do que com a interpretação do momento que vivemos no Paraná e é um momento importante.

Senhor Secretário, tivemos aqui no Governo anterior e sentávamos na oposição e fazíamos oposição e ocorreram fatos no Paraná, lamentáveis, também. E tenho a autoridade de me pronunciar neste momento, porque naquele momento em que o Paraná lamentava aquele episódio das mortes dos policiais e da morte do Teixeira, em nenhum momento, fui à tribuna procurar tirar proveito do Governador que governava este Paraná.

Acho, Senhor Secretário, que a Polícia do Paraná, Civil e Militar e Vossa Excelência que comanda, merece o crédito do povo do Paraná. Mas acho que temos que levar este episódio como um aprendizado. Um aprendizado, porque nunca, com a maior experiência que tem o nosso Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, tenho certeza absoluta que estamos vivendo um momento importante da política do Paraná. Porque quando, Senhor Secretário, e aí que quero enaltecer a sua presença e a sua coragem, quando ocorreram aqueles fatos e aqueles episódios, no Governo anterior, nós não tivemos aqui a mesma oportunidade de esclarecer os fatos. Isso demonstra a maneira com que o Governador Jaime Lerner quer conduzir estes fatos, com clareza, com transparência, com condições, qualidade e a sua competência, que todos os bra-

sileiros reconhecem, como um dos grandes governadores deste Estado.

Mas gostaria de fazer aqui, já fui um defensor aqui da Polícia Militar e de Vossa Excelência, Secretário, não o faço hoje porque não se faz necessário. Pertencço a este grupo político, no Paraná, por convicção, porque conheço seus comandantes, conheço as pessoas que são nossos líderes maiores. Mas quero fazer um pedido a Polícia Militar e a Polícia Civil: aqueles episódios do passado, lamentados por todos os paranaenses, estão dando conseqüências nos episódios de hoje também. Por quê? Porque quando vai haver uma ação da polícia e dos sem-terra, esse problema social que não se resolve nunca, já se vai com os espíritos armados.

Temos, Senhor Secretário, e sei que o Senhor tem esta competência, temos que nos preparar para que todos estes episódios, lamentáveis, que ocorreram no Paraná, não venham contribuir para que os ânimos se acirrem e novos fatos como esses venham a acontecer. Por quê? Na hora em que um policial vai fazer o despejo de sem-terra, que invadiram a propriedade, é natural que esse policial tenha, na sua mente e na sua frente, a fotografia daquele seu colega que morreu para cumprir a lei.

É natural que o sem-terra, que também é alguém que precisa ter uma atitude, não de discurso, mas de prática, é natural que aquele cidadão que está passando necessidade, é natural que esse cidadão tenha em mente a figura de um amigo seu, o Teixeira, que também veio a falecer num episódio desses. E por isso, quero, neste momento, se os Senhores me permitirem, que levemos este episódio como um aprendizado para o bem social e político da sociedade paranaense.

Não tem o que pedir porque o Senhor conta com nosso apoio, desde o primeiro momento, não só o meu, mas de todo nosso Partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Secretário.

Convocamos Vossa Excelência para alguns esclarecimentos que devem ser dados e condenar a violência que houve em Santa Izabel do Ivaí. Não queremos que a violência de Santa Izabel entre na história nacional como Corumbiara, Candelária e Carandiru, e vamos parar no início, com a letra C, para demonstrar quanta violência há em nosso País.

E não vou fazer uso de Pablo Neruda e nem de outros filósofos, mas do sociólogo, Paulo Sérgio Pinheiro, que diz:

"O Estado trata todas as questões de violência e sociais como se todos os setores da sociedade fossem envolvidos". E aí ele trata com diferença, porque na sociedade há desigualdades e o Estado trata a violência como se todos fossem iguais, e não são.

E na hora de tratar todos iguais ele age com violência contra os debaixo! E os debaixo conhecem o Estado só pela sua força repressiva e opressiva, raramente pelas razões ou garantias de direitos sociais. E nós não estamos aqui também para fazer apologia a Polícia Civil e Militar e nem para fazer crítica a estas duas corporações, estamos aqui para discutir a questão que houve lá.

E aí se levantam algumas perguntas: a Constituição brasileira garante que toda e qualquer ação de despejo seja feita até às 18:00 horas, a de Santa Izabel do Ivaí foi feita após às 18:00 horas.

Queremos esclarecimentos, Sr. Secretário, porque razão se deu neste horário.

Foi citado no documento aqui discutido que nas vésperas dessa intervenção, malfeita intervenção da Polícia Militar, o dono da fazenda esteve no DER, conversou com o DER a partir daí é que houve o pedido de liminar para fazer essa ação e a concessão dela.

Por que que a Secretaria de Segurança Pública, com ou sem a presença de Deputados não procurou negociar?

Em momento nenhum, não temos conhecimento de negociação nenhuma e todo Movimento Sem-Terra tem sede em Curitiba e não foi procurado.

É porque o dono da fazenda articulou muito bem com o DER e entre a propriedade e a vida, a Secretaria de Segurança Pública fica com a propriedade e despreza a vida. É essa a posição?

Essas questões devem ser respondidas e também V. Exa. disse dessa tribuna que um ex-PM é proprietário de terra. Qual o tamanho da família desse ex-PM e qual o tamanho dessa propriedade? É necessário que se saiba, porque se a terra for pequena e a família grande, não terá produção. Sou filho de um pequeno agricultor que morreu sem terra, porque sabemos como o Estado Brasileiro sempre agiu em relação aqueles que têm pouca terra.

E a imprensa declarou, colocou declarações de V. Exa. que gostaríamos de ver confirmadas, saiu em todos os jornais do nosso Estado, V. Exa. disse que atirar só nas pernas está na imprensa e hoje telefonei para a Santa Casa de Paranaíba e uma das vítimas de uma bala nas pernas está na UTI com insuficiência renal, por problemas adjacentes desse tiro. Torcemos e rezamos para que não venha a ser vítima fatal, não desejamos isso senão será uma mácula para

V. Exa. e queremos saber o seguinte: a Polícia Militar do Estado do Paraná cumpre ordem hierárquica e o PM na qual vai incriminar um pequeno soldado lá de baixo, ele está cumprindo ordem hierárquica.

Presidi uma CPI da Polícia Militar aqui e tive acesso a alguns PMs e não chegavam aonde deveriam chegar que é a justiça.

E por último agradecer V. Exa. que poupou as mulheres e as crianças de levar tiro, somente ficaram com o trauma psicológico.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado Rosinha, veja bem V. Exa. que acusa a Polícia de ter praticado uma ação na calada da noite, ou no início da noite. A ação começou, a negociação às 15:00 horas do dia 08. Houve um entendimento com a parte, a Polícia concedeu duas horas para que em assembléia eles pudessem negociar a saída.

Havia um terreno, volto insistir, da Prefeitura à disposição, terreno esse que a Polícia insistiu para que eles ocupassem, desocupando o leito da rodovia.

Estas duas horas não foram usadas, tenho declarações de fotógrafos e jornalistas que estavam lá, vou passar às mãos de V. Exa. declarações escritas do fotógrafo que tirou o retrato daquela bomba voando e das outras, tenho aqui também e posso mostrar a V. Exa., não mostro para não ser acusado de sensacionalismo, mas vou deixar à disposição de todos os Deputados.

Este fotógrafo e o jornalista testemunharam as negociações iniciaram às 15:00 horas, as duas horas não foram esgotadas, porque o Comandante da operação do lado dos sem-terra voltou e disse textualmente que tinha ordem superior para resistir e que portanto não sairiam dali.

Incontinenti, colocou as crianças e as mulheres na frente, jogou as bombas por cima, a Polícia reagiu, houve um entrevero do fim da tarde. O que aconteceu, Sr. Deputado, no início da noite foi o carro a que eu me referi que rompeu a barreira depois que esse assunto estava resolvido, rompeu a barreira e aí sim houve uma ação da Polícia no sentido de identificar essas pessoas no início da noite.

Mas vejam como se tratam matérias semelhantes de maneira desigual, na terça-feira passada, V. Exa. que é um homem atento, deve ter visto na televisão a Polícia de São Paulo às 4:00 horas da manhã entrar no prédio da CESP e desocupar os invasores que lá estavam. Não viu nenhum comentário, nenhuma crítica, foi apenas notícia passageira no jornal nacional.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Me permite um apar-

te?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aparte negado. O Senhor terá tempo de falar na Liderança após o encerramento do debate.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Então, Sr. Deputado, na verdade o processo se iniciou às 15:00 horas, terminou o processo que gerou um conflito antes de escurecer. O que houve no momento em que estava escurecendo foi um carro rompendo a barreira da Polícia Rodoviária e adentrando agressivamente, tentando adentrar na porteira desta Fazenda.

Negociação não houve, como não houve se a ordem judicial era do dia 10 de outubro, como não houve se o Capitão que comandava a operação entrevistou junto a Prefeitura para encontrar um terreno, como não houve se o próprio INCRA oficiou a Polícia Militar, dizendo que muito embora aquela área estivesse sob análise para efeito de Reforma Agrária, estava ainda sob tutela do seu legítimo proprietário e a invasão significava um esbulho.

Com relação, entretanto, Sr. Deputado, de pretensa, eventual ou noticiada visita de quem quer que seja ao DER, não tenho conhecimento da eventual insinuação que aqui foi feita contra o Deputado Accorsi, de que ele teria interferido junto ao proprietário da área na minha Secretaria não é verdade.

Tenho do Deputado Accorsi um expediente dirigido exatamente à Secretaria do Bem da Criança e de Assuntos da Família, Dona Fani Lerner, pedindo ao Governo do Estado que liberasse comida e alimentação exatamente para esse acampamento.

Com relação, Sr. Deputado, a acusação que V. Exa. lê no jornal de que eu teria mandado atirar nas pernas dos invasores da terra, repito a V. Exa. o que já disse inúmeras vezes, ou foi uma má interpretação das minhas palavras ou má fé de quem publicou esta matéria. Esta matéria saiu apenas no "Jornal do Brasil", não há uma gravação, nem por rádio, nem por televisão e nem transcrição de jornalista sério em todos os outros jornais que confirme esta incidiosa e criminosa acusação ao Secretário de Segurança.

Jamais mandaria fazer uma coisa dessas, quem me conhece, se V. Exa. me conhece bem, jamais faria uma afirmação, sou um homem de paz, sou um homem de tranquilidade e sou um homem de diálogo, jamais cometeria esta hediondidade, que levou inclusive o Governador Brizola apressadamente se posicionar com relação a este episódio. Posição que ele já reviu através de entrevista em rádio da capital.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Secretário, ainda bem que V. Exa. é um homem de paz, assim evitou um ato de violência mais sério.

Fiz uma pergunta a V. Exa. que não foi respondida. O porquê não houve a negociação para que se evitasse esses atos de violência. E os documentos oficiais que a Comissão trouxe, até este no local, demonstram que o ato de despejo iniciou-se até após autorização de oficiais às 18:20 horas.

Portanto, V. Exa. disse que cumpre a lei, neste caso não foi cumprida, foi agida após, não dá para nos referenciarmos na ação da Polícia Militar de São Paulo se ela desrespeitando ou retirar alguém da SESP, ou referenciarmos na Polícia Militar de Rondônia que às 4 horas da manhã invadiu o acampamento dos sem-terra em Corumbiara.

Não podemos ter parâmetro de ilegalidade em outros Estados para cometermos no nosso a mesma ilegalidade. Foi após às 18:00 horas e os documentos que estão na Comissão comprovam isto mais precisamente 18:20 minutos e porque não houve negociação para que se evitasse esta violência quando isto era possível, com ou sem interferência de Deputados, com ou sem os telefonemas do Deputado Péricles que fez esses telefonemas e colocou à disposição dando o direito a pegar o sigilo das ligações dele na TELEPAR, para demonstrar que houve interesse e que fosse evitada essa violência, pelo menos da parte daquele Parlamentar que tomou conhecimento. Não houve da parte de outros Parlamentares desta Casa, mesmo da Bancada de Sustentação do Governo, porque não tomaram conhecimento provavelmente e se tivessem tomado, acredito que qualquer um de nós faria isto, independente de que Partido fosse, porque não é papel nosso pregar a violência, nossa função como ser humano e de respeito aos direitos humanos é de evitar o máximo possível a violência.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Sr. Deputado Rosinha, mais uma vez volto a insistir com V. Exa., a interpretação que V. Exa. tem, quem sabe não seja a mesma que tenho.

Confio na Polícia Militar como V. Exa. confia. Os nossos oficiais frequentam o Guatupê, os nossos oficiais, Deputado, não recebem apenas aula de tiro, não recebem apenas aulas de defesa pessoal, os nossos oficiais frequentam aulas de relacionamento humano, frequentam aulas de um curso extremamente sério e respeitado em todo o Brasil. Ministradas estas aulas tanto na Academia do Guatupê que é um modelo didático, modelo de formação física, modelo pela excelência de seus professores, muitos deles estão aqui.

Os nossos oficiais são homens formados para a negociação, eles têm capacidade para negociação. Demonstraram isso dezenas de vezes, Senhor Deputado, estão demonstrando isso em ocupações existentes agora, e eles estão negociando.

Portanto, confiava, como o Governo confia na capacidade de negociação de cada um dos nossos comandantes. E não negociaram apenas no momento da desocupação, negociaram antes, durante um mês, conversando, insistindo, arranjando um lugar para eles irem e saírem daquele bloco de terras.

Portanto, Senhor Deputado Rosinha, com todo o respeito, respeito o ponto de vista de Vossa Excelência, acredito também na palavra e acredito na negociação. Entretanto, afirmo a Vossa Excelência com tranquilidade, que houve negociação, a polícia não agrediu e foi violentamente agredida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Não posso acreditar, com todo o respeito que tenho aos Senhores Deputados e aos testemunhos que possui o ilustre Deputado Vanhoni.

Não posso, e não me passa pela cabeça, que Vossa Excelência, Secretário Cândido Martins de Oliveira, tenha ordenado que a gloriosa Polícia Militar do Paraná atirasse, matasse, violentasse a Constituição brasileira na cara dos verdadeiros sem-terra do Estado do Paraná.

Não acredito nisso. Não vou perder tempo com isso, porque Vossa Excelência, se assim o fizesse, estaria jurado de morte, com o depoimento de Vossa Excelência na tribuna nesta tarde. Não acredito nisso, baseio o meu pensamento no pronunciamento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, mas não vou citar aqui escritores famosos, porque estou acabando de ler um livro "Esses Repórteres", que ganhei do jornalista Alexandre, da Gazeta do Povo, onde narra, não a ficção, mas narra o trabalho do jornalismo do meu Estado e do meu País.

Acho até interessante, quando se mata um policial no meu Estado, não vejo discursos inflamados, passeatas, carreatas.

Recentemente o policial Vancler, no cumprimento do seu dever, foi baleado covardemente por bandidos facínoras, canalhas, ordinários que rasgam a Constituição na cara dos nossos filhos, da nossa família. Não ouvi nenhum clarinete empoar a morte de Vancler, não ouvi.

Recentemente, bate à porta do meu gabinete e do gabinete da primeira dama deste Parlamento, a Senhora Niva Khury, esposa do Deputado Anibal Khury, um policial

anônimo me pedindo uma cadeira de rodas para o policial Ribeiro, que ficou paraplégico ao defender uma família no Estado do Paraná. Não ouvi clarinete. Não ouvi nada sobre a paralisia deste policial, não ouvi.

Anteontem, mataram uma médica na minha Capital, também não ouvi nada, apenas eu, o Deputado Ricardo Chab, o jornalista Charles, da Tribuna, o jornalista responsável pelo rádio, algumas emissoras de rádios estão a cobrar o assassinato dessa médica.

E tenho certeza que temos a melhor polícia científica do Brasil no Paraná. Temos a melhor polícia de homicídio do Brasil no Paraná. Se os Estados Unidos tivessem a nossa polícia, já teríamos desvendado o crime, o assassinato da empresária que foi assassinada no Central Park.

Recentemente o Senhor Leonel Brizola, com todo respeito que tenho pelo PDT neste Parlamento, não me refiro ao PDT do Paraná, porque o PDT do Paraná não é gagá. Vem ele à televisão, pedir a cabeça do Secretário de Segurança, e dizer que a Polícia Militar do meu Estado não presta. Não presta. Quem é ele? Vai cuidar da polícia lá no Rio de Janeiro, aquela polícia que não presta, porque está envolvida em seqüestros, em corrupção, em desmandos, tanto que o Procurador da Polícia Civil do Rio de Janeiro pediu demissão com vergonha na cara. Interessante. É de pensar, é de raciocinar, é de analisar, refletir.

Ontem, o Delegado Fauzi Salmem, e a delegacia de anti-tóxicos apreendeu nove quilos de cocaína, que mata as crianças do meu Estado e do meu País. Já passei por isso na pele, e não tenho vergonha de dizer. Meu filho está salvo. Não tenho vergonha, minha vida é um livro aberto.

Me permite, vou encerrar. Agora, neste exato momento, a melhor Polícia Militar do Brasil e a melhor Polícia Civil do Brasil, acaba de apreender, em Cornélio Procopio, o maior carregamento de maconha da história do Paraná. Polícia ruim, polícia ruim, a polícia que trabalha.

Se temos, Secretário Cândido, alguma falha, contra verdadeiros sem-terra, os verdadeiros. Porque problema de sem-terra, não é problema dessa farda amarela, não é problema do distintivo da Polícia Civil, mas está aí. Não é problema do Ministério Público e nem do Poder Judiciário. É problema do Governo Federal. Quando eles criarem vergonha na cara, tirarem a máscara, lavarem a cara e realmente fizerem uma reforma agrária decente, honesta, aí Vossa Excelência não vai precisar vir nunca mais a esse Parlamento dizer aquilo, que não o fez.

Muito obrigado. Tem Vossa Excelência o apoio do Deputado Alborghetti.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Antonio Annibelli.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados, Senhor Secretário Cândido Martins de Oliveira.

A história se repete, o Paraná dá exemplo da sua pujança dos seus filhos da nossa querida Polícia Civil e da nossa querida Polícia Militar. Nossas autoridades sempre foram as melhores no Paraná os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, Governadores que passaram pelo Palácio Iguazu.

Senhor Presidente, a história se repete, contra as autoridades do meu Estado. Falou-se dos sem-terra, falou-se da polícia, falou-se do arbítrio, mas vamos voltar a história do Presidente Anibal Khury. Quando esta Casa foi invadida pelos professores, quando este Deputado era Presidente da Casa e Vossa Excelência era o 1º Secretário. Tratamos os professores com todo o carinho e com todo o respeito, e acusou-se, na época, o Governador Álvaro Dias de que com a gloriosa Polícia Militar, tinha surrado os professores na rua em frente ao Palácio Iguazu.

Meu caro Secretário, estão querendo voltar à história como viram Álvaro Dias. Estão vendo o caro Secretário na tribuna e o Senhor Governador Jaime Lerner. Não tenho procuração para defender o Senhor Governador Jaime Lerner, mas respeito a sua autoridade, respeito pelo cargo, e respeito Vossa Excelência, pelo seu passado, da sua família, a sua tradição, o seu espírito democrático, e seu alto espírito público.

Quiseram crucificar Álvaro Dias, e que foi vítima na última eleição, alegando que o Álvaro tinha mandado bater, através da nossa querida Polícia Militar, bater nos professores. Talvez a verdade esteja voltando, e vamos esclarecer os fatos, quando um policial foi agredido com uma pedrada, por um sem-terra, sem vaga ou sem professor, ou um membro da esquerda, para não dizer do PT, que agrediu a nossa gloriosa Polícia Militar e houve a reação imediata.

O Deputado Colombo está querendo "forçar a barra". Vossa Excelência se inscreva. Até agora não o ouvi falar, só recebeu elogios do Secretário.

Pediria, Senhor Presidente, que inscrevesse o Deputado Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já está inscrito.

A palavra está com o Deputado Antonio Annibelli.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Já está inscrito? Será um prazer ouvi-lo.

Peço que me respeite, na modéstia do

meu pensamento e da minha expressão.

Estão querendo novamente agredir a nossa Polícia Militar, e no fundo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estão querendo macular o Secretário e macular o Governo do Estado do Paraná.

Como defendi Álvaro Dias, defendo o Estado constituído, defendo o exercício da Polícia Civil e Militar e do Secretário de Segurança, porque ordem judicial não se discute, se cumpre com carinho, com amor, com diálogo, com ternura até, mas não podemos aceitar que Deputados, que membros de partidos políticos vão aos acampamentos e às vezes até ajudam a armar os nossos humildes sem-terra. Não admitimos que sem-terra estejam foragidos da justiça, que o Senhor Rainha, lá no Estado de São Paulo, procurado por crime, esteja lá a humilhar e a afrontar a justiça do Brasil, dando exemplo para que aqui no Paraná as invasões ocorram.

Defendemos o Poder Judiciário, o Executivo e o Legislativo e não somos contra a reforma agrária, não somos contra os sem-terra, somos contra os falsos sem-terra, aqueles que ganham um pedaço de terra e o vendem e saem a fazer comércio com invasões, e preferem principalmente áreas que tenham pinheiro, imbuia, cedro para poder vender, como fazem no Sudoeste do Paraná. Lá, invadem as grandes propriedades, dilapidam o patrimônio dos índios no Município de Manguaçu e aqui, Senhor Secretário, meus parabéns, Senhor Secretário, pela sua grandeza de vir enfrentar. Não se deixe ser vítima, como Álvaro foi, mas a história vai voltar. Iremos ver na continuação que, como fizeram do Álvaro uma vítima, estão querendo fazer o Governo de Jaime Lerner e Vossa Excelência.

Vamos cumprir as ordens para que o Paraná venha a ter mais empregos, mais fábricas. Saibam que aqui existe ordem, existe polícia, existe respeito e existe autoridade constituída.

Meus parabéns, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Irineu Colombo com a palavra.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Secretário. Meus cumprimentos se estendem aos policiais militares, senhores delegados e aos praças que porventura estejam presentes.

O que está em discussão aqui, Senhor Secretário, é uma questão específica de Santa Izabel do Ivaí e se houve ou não excesso no cumprimento de um despejo e as condições e os fatores que ali estavam condicionando e se teremos uma alternativa aos fatos.

O que a Assembléia busca saber é se havia alternativa aos fatos. Jactância à

polícia, não é o momento, nem crítica à polícia, não é o momento, nem jactância ao Secretário e nem ao Governo. Não é o momento.

O que queremos é a verdade dos fatos.

Nesse Parlamento, foi citado inúmeras vezes o Partido dos Trabalhadores ao qual faço parte. Faço parte com orgulho e não aceitarei, de maneira alguma, colocar a questão agrária do Brasil e a questão da violência no Paraná, numa discussão eminentemente partidária, contra ou a favor. Indispor o Partido dos Trabalhadores com a Polícia Militar - como aqui alguns discursos tentaram fazer - não aceito, mesmo porque tenho autoridade suficiente para combatê-lo, porque não faço jactância em público, porque já mandei Ofício a essa Secretaria, Ofício elogioso aos Senhores Delegados - que não vou citar o nome aqui - que receberam meus Ofícios, aos Senhores Oficiais e PM's do Estado do Paraná que colaboraram com a Assembléia - não somente comigo - receberam o meu Ofício elogioso, naquilo que tange, naquilo que especificamente que cumpriu à sua função e à sua missão.

O que queremos, é ver analisados os fatos à luz da verdade. Senhor Secretário, há ainda inúmeras contradições em nomes, datas, horários, informações que temos de Oficiais de Justiça, da Promotoria, do Prefeito, dos Médicos com quem conversamos, do Soldado que contactamos lá no 8º Batalhão, com o Cabo que contactamos do Batalhão. São fontes que têm inúmeras contradições. Não se resume nesta Sessão, o término desse debate, Senhor Secretário.

Cumprir um mandado de justiça, na minha avaliação, o mandado em si não se discute, mas as alternativas para a sua execução se esgotam as discussões e possibilidades de alternativas várias. Por isso, no caso de Nova Cantu, no qual fui citado, não estaria disposto a usar da palavra, mas fui obrigado porque fui citado inúmeras vezes. Em Nova Cantu tomamos iniciativa, fui duas vezes no acampamento, cortei dois pneus do automóvel, não falei isso para ninguém, não falei para a imprensa e debatemos com o INCRA e com a Secretaria de Segurança e chegamos a um consenso. A primeira autoridade a telefonar para a Juíza foi este Deputado. A segunda autoridade foi o Secretário de Segurança, porque, terminada a reunião, fechamos o acordo, porque as alternativas seriam inúmeras ali para solucionar o caso. Eu, inclusive, tinha uma outra, ainda que contrariava interesses dos sem-terra, mas não contrariava a justiça.

Temos que estabelecer aqui no Estado do Paraná, o fórum que foi estabelecido

naquele encontro com o Secretário. Temos que estabelecer o compromisso tácito de ter um fórum multidisciplinar, com a participação do INCRA, com a participação do Coordenador do IAP, que é um órgão que não foi citado aqui por nenhuma das partes, e que controla a questão agrária no Estado do Paraná, que tem uma coordenação somente para conflitos agrários, coordenada pelo Engenheiro Agrônomo José Carlos. Queremos participar ativamente das discussões que se travam neste ambiente, da questão da reforma agrária.

Ideologicamente sou a favor da reforma agrária. Sou contra invasão, mas se ela for necessária para provocar a reforma agrária, temos que discutir e achar as alternativas suficientes, claras, para não acontecer violência, morte, para que não aconteça sangramento em nosso Estado do Paraná.

Senhor Presidente, gostaria de chegar ao final, porque não vou usar todo o meu tempo, porque não vou inquiri-lo.

Queremos esse compromisso tácito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência já encerrou o seu tempo.

O SR. IRINEU COLOMBRO - Uso o meu tempo de réplica, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Por enquanto não houve réplica.

A tolerância da Mesa vai dar este tempo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Precisamos estabelecer aqui um novo ritmo para esta questão agrária, porque a questão agrícola é uma questão eminentemente social, porque quando a ordem vai para o despejo, Senhoras e Senhores, nem o Praça que vai cumprir gosta dessa ordem de despejo e nem o agricultor sem-terra, mas quando o Praça vai cumprir, vai cumprir a função do Estado, Estado "latu sensu", seja ele Paraná ou São Paulo. Ele está na função de representante do Estado e lá está o cidadão da sociedade civil.

Esse tratamento diferenciado é que temos que estabelecer. Queremos este compromisso tácito da Secretaria, e que, de agora em diante, essa questão será tratada por uma comissão multidisciplinar, porque não basta dirimirmos todas as dúvidas. O que tem que ser dirimido nessa questão de São José do Ivaí, porque tem muita contradição ainda pela frente, mas queremos estabelecer que todas as funções sociais, especialmente nessa questão conflitante da terra, seja tratada com o máximo de carinho, ação judicial se cumpre, mas tem "n"

alternativas para cumprí-lo.

Era o que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Secretário.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA - Senhor Presidente Anibal Khury, Senhor Deputado Colombo, Senhores Deputados.

Acredito que o Deputado fez uma sugestão fruto da prática de uma conversação que temos tido com ele e com outros Deputados a respeito desse assunto que considero extremamente grave, extremamente sério, extremamente contundente. Fica a lembrança de Vossa Excelência no meu espírito e na minha alma, para que possamos - veja bem, Deputado, sinceramente não quero nunca mais, enquanto for Secretário de Segurança, que se repita este episódio, triste e lamentável. Prometo à Assembléia do Paraná, que vou usar todo o meu esforço, toda a minha capacidade, como tenho usado e como a Polícia Militar usa no diálogo, no convencimento para que não haja confronto, para que não haja policiais feridos e para que não haja autênticos invasores também feridos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sérgio Spada, Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria, neste momento, de também dar a minha opinião sobre este episódio e dizer que me sinto um pouco até envergonhado.

Vou falar não como Deputado, mas como cidadão desse Paraná e um radialista que há 11 anos trabalha no rádio e conhece o Paraná nestes 11 anos. No passado, esta Casa, a nossa Assembléia, aqui neste Plenário, fez homenagens, tirou fotos, concedeu diplomas - como disse o Deputado Alborghetti - um carnaval foi feito - disse o Deputado Péricles - para homenagear os homens que haviam tido sucesso numa operação e que haviam matado os bandidos que assolavam a região de Marechal Cândido Rondon, elementos até estranhamente defendidos pelos Direitos Humanos e que deveriam ser perdoados, me pareceu num discurso que ouvi nesta Casa hoje.

A nossa polícia, numa atitude correta, dinâmica, preservando as vidas, agiram certo, salvou as vidas e eliminou os bandidos, provando que neste Paraná não tem lugar para bandido. Isso foi ontem. Esta Casa homenageava, entregava diplomas à Polícia Militar, à Polícia Civil e ao nosso Secretário que aqui está. E hoje, hoje se traz o mesmo Secretário e a mesma polícia como se fossem bandidos, sendo julgados

por um crime, não tem descrito, narrado, por membros de uma comissão que faz oposição ao Governo do Estado. Um erro que esta Casa cometeu, Senhor Presidente, que nós cometemos: desta comissão fazem parte elementos da oposição, apenas o Deputado Trentini que foi lá e fez relatório em separado. Ouvimos apenas o relato de pessoas ligadas ao movimento daqueles sem-terra e que a bandeira de eleição de muita gente neste Paraná, tenho acompanhado isso, presenciarei isso em Ponta Grossa, uma invasão comandada por políticos que prepararam as pessoas para quando a polícia viesse, isso está documentado nas páginas, e lá, Senhores, havia políticos envolvidos, que tinham interesses que aquela invasão fosse feita.

Hoje, estamos aqui, julgando a nossa polícia. No passado, lá no Rio Grande do Sul, um Brigadeiro foi morto - como disse aqui, lembrado pelo Secretário - na porta do Palácio, num movimento parecido com esse, quando defendia a honra e defendia o Estado, e uma ordem, o Brigadeiro foi assassinado, foi com aquela Segurança também, foi assassinado um PM, um Brigadeiro, um militar do Rio Grande do Sul.

Para encerrar, quero manifestar aqui o meu apoio ao Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, as coisas erradas devem ser proibidas, mas quando o Secretário Cândido Martins de Oliveira teve a sua participação em Marechal Cândido Rondon, não aqui nesta Casa nenhum membro falar ao contrário, a não ser aplaudirem e agora querem crucificá-lo, como Judas entregou Jesus Cristo.

Finalizando, sugiro a esta Casa, Senhor Presidente, sugiro ao Secretário de Estado, sugiro ao Governador do Estado, aos membros de sem-terra deste Paraná, que a partir de hoje - Senhor Secretário - não se faça nenhuma desocupação mais sem a presença de uma Comissão desta Casa, que esta Casa seja juíza.

Para finalizar, Senhor Presidente, que tenha da Comissão desta Casa, antes de se mandar concluir os mandados, é o que desejo deixar aqui como proposta. Gostaria que esta Casa fosse ouvida, que antes mesmo que houvesse a participação do Judiciário, esta Casa fosse convidada a participar.

Esta sugestão que gostaria de deixar, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência comunica que estão inscritos ainda o Deputado Edgard Bueno e o Deputado Trentini, após o que falarão os Líderes.

O SR. EDGARD BUENO - Senhor Secretário Cândido Martins de Oliveira, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou fazendo aqui uma reflexão Secre-

tário, sobre esse episódio, sobre esse acontecimento lamentável no Estado do Paraná. E fico aqui me questionando sobre a principal violência que existe, a violência da desigualdade social, que temos nesse País. E é esse o caminho que nós precisamos buscar, para que a sociedade organizada possa desenvolver-se, possa trabalhar com dignidade, possa ter o seu emprego, ou possa ter o seu pedaço de terra para produzir para a sua família.

Não podemos de maneira alguma, assistir de braços cruzados essa desigualdade social. É isso que gera violência. É esse procedimento dos brasileiros que fazem com que esses acontecimentos lamentáveis venham acontecer, não só no Paraná mas em todo o Brasil.

Meu caro Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, quero dizer aqui e testemunhar que a sua Secretaria é uma das mais tensas, é uma das mais preocupantes, é uma Secretaria que a qualquer momento, quem a dirige poderá estar recebendo grandes homenagens ou então, estar recebendo desvairadas críticas e refletindo aqui eu gostaria de dizer aos Senhores Parlamentares, o quanto seria importante o nosso Governador Jaime Lerner, ter Secretários do seu nível, da sua competência e da sua coragem.

Precisamos sim, questionar aqui aqueles que se acovardam, aqueles que não têm a coragem que o Senhor teve, em vir aqui enfrentar esse Parlamento, de cabeça erguida, com dignidade e essa sua coragem é motivo de orgulho para nós porque sabemos que através do seu comando a Segurança Pública do Paraná tem muito a nos orgulhar.

Mas o que estou questionando aqui é: será que há uma grande preocupação na questão do desocupamento daquela área, ou será que há aqui uma ação de condenação política de um Governo? E aqueles que o fazem será que estão buscando seus benefícios próprios imediatos, ou no futuro? Temos Senhores Deputados, é que ressaltar que a violência gera violência, e se alguém adentrar, invadir a sua casa, ou a sua propriedade, não é uma violência? Claro que é uma violência, e é claro que esta violência gerará outras violências.

Tenho certeza absoluta que pela sua sensibilidade, pelo seu modo de agir jamais o Senhor aprovaria um episódio tão lamentável. Mas tenho certeza que este episódio, que este acontecimento, vai nos trazer ainda mais experiência para que através de ações definidas e programadas pessoas não precisem mais de usar de violência, nem da parte dos sem-terra e nem da parte dos policiais. Quero dizer aqui que deixo aqui o meu protesto, a minha confiança de que a sua Secretaria não me-

rece ser julgada; a sua Secretaria tem que ser respeitada porque através das ações que nós acompanhamos em todo o Brasil, o Paraná é um orgulho para este Estado, o Paraná tem mostrado que se comparado com outros Estados é um Estado que tem orgulhado a todos os seus paranaenses.

Por isso, Secretário volte outra vez nesta Casa, não para ser questionado; mas para trazer aqui a todos os Deputados um relato daquilo que a Polícia Militar tem feito de bom neste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Deputado Walmor Trentini com a palavra.

O SR. WALMOR TRENTINI - Senhor Presidente, nosso caro Secretário, Doutor Cândido Martins de Oliveira, Senhores Deputados.

Senhor Secretário, ao cumprimentá-lo desejo cumprimentar toda a Polícia Militar e a Polícia Civil do Paraná, e de primeira mão dizer que tem Vossa Excelência o nosso respeito e o nosso apoio. Fiz parte desta Comissão instituída nesta Casa com o objetivo único de buscar a verdade e trazer a versão para que esta Casa pudesse se pronunciar.

A verdade acima de tudo. E gostaria de não me utilizar aqui de depoimentos nem dos sem-terra e nem das autoridades, quero aqui me pronunciar a respeito de depoimentos que colhi na Cidade de Paranavaí, junto àqueles que presenciaram no exato momento dos acontecimentos e dos fatos, num relato isento, transparente, de quem não tenha, e nem tem interesse nenhum na causa, que são os relatos do fotógrafo Guto Costa, que com o seu trabalho levou a todo o Brasil, até ao exterior, as imagens daquele incidente, e também do Jornalista Benedito Prachedes, dois únicos presentes no exato momento dos fatos. E disse o fotógrafo Guto Costa que a Polícia Militar teve muita paciência na condução desse evento porque as fotografias que mostrou pessoalmente também comprovaram a existência dos coquetéis-molotov que já foram discutidos e já comprovados a existência no acampamento dos sem-terra, com certeza não produzidos pelos sem-terra, porque sem-terra são pessoas humildes, trabalhadoras, que estão em busca de um direito líquido e certo que nós apoiamos também, que é o direito de ter um pedaço de terra para produzir, para plantar e para proteger a sua família. Mas disse mais o fotógrafo, não são palavras minhas, partiram para cima da polícia com foices, enxadas, facões, etc.

A polícia recuou por duas vezes e ouviu o Capitão Gilberto Cândido dizer por várias vezes que não atirassem. E a polícia recuou por vários momentos, tentando ainda assim, fazer com que aqueles mais

exaltados recuassem da sua decisão e se entregassem de forma amigável para que esse confronto não acontecesse. Disse ainda o fotógrafo, que a polícia chegou exatamente entre 15:00 e 16:00 horas e concedeu o prazo de duas horas, pedidos pelos próprios sem-terra e num período de apenas quinze minutos vem a decisão dos sem-terra: "Nós não sairemos daqui".

Disse ainda o Oficial de Justiça que ouviu mais, disse que eles disseram mais ou menos assim: "Nós não vamos sair daqui e somente sairemos mortos".

Mesmo assim, o comandante, Capitão Cândido tentou por mais uma hora e meia dialogar com os sem-terra, para que a desocupação fosse pacífica. Não havendo êxito, na última tentativa, posicionou seus homens. E, em ato contínuo, os sem-terra posicionaram as crianças, as mulheres e os homens.

O que não se soube, com precisão, como Vossa Excelência também confirmou, exatamente quem iniciou, quem é que atirou a primeira pedra. E, isso, acredito que nesse inquérito policial e também que a justiça civil está programando e nós vamos encontrar efetivamente a responsabilidade. Mas que teve ali uma explosão de coquetel molotov que pegou fogo nas roupas e nas botas de um policial militar. Tem a palavra e o retrato fotográfico desta ação.

Entendo que toda agressão gera uma reação. Esse policial se afastou para tentar se proteger e apagar este fogo.

Nós, particularmente, a partir da sua vinda aqui, Dr. Cândido, e de todos os seus companheiros, nós vamos patrocinar e proceder um relatório à parte. Porque acredito que a versão apresentada aqui é exatamente a verdade que consegui colher de pessoas isentas, que não tinham interesse nenhum em criar sensacionalismo. Somos contrários efetivamente a qualquer tipo de violência. Somos a favor dos sem-terra e entendemos o direito de cada um, mas acima de tudo, somos a favor da ordem do direito e da justiça.

Essa mesma justiça que hoje deu oportunidade, deu condições para que o proprietário permanecesse no seu imóvel, amanhã será a mesma justiça que vai garantir ao sem-terra o direito de assumir e ter o seu pedaço de chão.

Tem aqui, Vossa Excelência, o nosso apoio irrestrito e amanhã, Senhor Presidente, apresentarei o meu relatório, separado para que esta Casa possa apreciar.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há mais oradores inscritos. Aliás, o Deputado Plauto inscreveu-se aqui.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Senhor Se-

Secretário de Segurança, Cândido Martins de Oliveira, membros da Polícia Militar do Paraná que acompanham esta sessão, não poderia deixar de me manifestar, Senhor Secretário, com relação a este acontecido, com relação a tudo aquilo que ouvi no dia de hoje, ouvi também numa sessão plenária de dias atrás.

Há dias atrás ouvi uma versão. Hoje, escutei a versão colocada pelo Senhor Secretário do fato, do seu lado, como escutei aqui a versão do Deputado Trentini. Sinto que posições do primeiro relatório, foram posições políticas, de lado político. E, sinto que numa análise geral a Polícia Militar do Paraná, Senhor Secretário, agiu cumprindo uma ordem judicial. A partir da hora que foi cumprida esta ordem, recebeu daqueles que lá estavam, sendo manipulados por líderes, a Polícia Militar foi recebida com violência. E a única maneira que ela teve para fazer a ordem judicial ser cumprida, foi agir com dureza para que a ordem judicial fosse realmente cumprida.

Quero aqui me somar ao Sr. Secretário Cândido, a toda Polícia Militar do Estado do Paraná, nesta questão, porque acredito que a ordem está acima de tudo, e me somo com vocês por este fato ocorrido em Santa Izabel do Ivaí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário destinado às Lideranças.

Cinco minutos para cada Liderança, sem prorrogação e sem aparte.

Com a palavra o Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Cândido Martins de Oliveira, Srs. Deputados.

Não posso, Secretário, fruto da discussão aqui hoje, e de todo relato que colhemos durante estes dias todos, as informações obtidas de como se procedeu este ato violento e brutal contra as famílias de Santa Izabel do Ivaí, a não ser repudiar, e deixar aqui, em nome da nossa Bancada, a condenação por este gesto de violência, impetrado pela Secretaria de Segurança Pública.

Vejo que V. Exa. convidou para estar presente a Assembléia Legislativa, os Delegados da Polícia Civil, convidou também o alto Comando da Polícia Militar, e vários Deputados, e V. Exa., também, tentou, de toda ordem, indispor a Bancada do PT e outros Deputados, que firmemente e com a consciência tranqüila, consubstanciaram, no relatório que foram averiguar na área, que a ação da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança Pública, foi premeditada foi precipitada, foi indevida!

E não sou só eu, Secretário Cândido

Martins de Oliveira, não é somente a Bancada do PT, vi o testemunho dos Deputados que apoiam o Governo que, constrangidos, não entraram no mérito. Alguns fizeram discursos genéricos de elogios à Polícia Militar e à Polícia Civil sobre o passado da Polícia Militar e sobre o passado da Polícia Civil! Mas não vi nenhum Deputado aqui, seja da Oposição ou da Situação defender a violência da qual foram vítimas as 47 famílias!

No entanto, Secretário, tenho visto V. Exa., desde os primeiros dias após o conflito, vir às páginas da imprensa, vir às câmeras da televisão, não somente defender a ação violenta da Polícia Militar contra 47 famílias de agricultores, de toda ordem tentar justificar. Vi mais do que isso, o que me aterroriza, que V. Exa. está à frente de uma Secretaria das mais importantes do Governo do Estado, com suas declarações, estimular a violência, por parte do Estado, para dirimir conflitos sociais!

Assisti agora uma promessa sua, da tribuna da Assembléia Legislativa, acredito que essa promessa sua, Sr. Secretário, se coaduna hoje ao que o Governador disse, pela televisão, porque de duas uma: ou o Governo tem um tratamento e tem um entendimento do que é o problema da reforma agrária, do que é cumprir a ação de despejo, do que é executar uma ação de despejo, me parece que o Governo do Estado, através das palavras do Governador Jaime Lerner não está de acordo com este método, porque se estivesse de acordo com esse método, Secretário Cândido Martins de Oliveira, não teria instituído uma Comissão de alto nível, com a ausência da Secretaria de Segurança Pública, para averiguar os fatos cometidos em Santa Izabel do Ivaí.

Sei que isto é constrangedor para V. Exa., sei que a posição do Governo do Estado constrange a sua ação nesse episódio. Espero que V. Exa. reconheça o erro. Espero que V. Exa. corretamente, o que seria um gesto digno de sua parte pedisse desculpas às famílias agredidas violentamente por armas de fogo, por sua determinação, que autorizou essa ação.

Todos os indícios e V. Exa. não teve aqui na Assembléia Legislativa condições de comprovar o contrário, porque V. Exa. sabia que uma ação de despejo impetrada uma semana antes pelo DER, V. Exa. sabia porque o Comando da Polícia Militar sabia, que o DER estava obrigando aquelas famílias a saírem da área de domínio do DER.

V. Exa. sabe que quem começou a violência, conforme relatório do Capitão Gilberto Cândido, foi a Polícia Militar, lançando bombas de gás lacrimogêneo.

O Deputado Péricles foi correto ao afirmar que V. Exa., infelizmente, o que

é para tristeza minha, tem a máxima do castigo exemplar, como tônica da sua ação na Secretaria de Segurança Pública.

Espero que V. Exa. mantenha a promessa, porque a sua promessa hoje aqui se coaduna com a posição do Governador, o seu gesto anterior a esse, ao mandar violentamente serem agredidos os agricultores indignou o povo do Paraná e o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PSC, PTB, PFL, PPR.

(Declinam).

PSDB.

Com a palavra o Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados.

Sinto-me de certa forma prejudicado no meu pronunciamento até porque cheguei atrasado por motivo de falecimento de membro da minha família no município de Guarapuava, e não pude presenciar o relato do Secretário e também as exposições iniciais dos Srs. Deputados, mas por uma questão de consciência e para o bem da verdade, até porque de certa forma alguns Deputados tentaram insinuar que o Secretário Cândido Martins de Oliveira tem um perfil violento e até sente prazer pela violência.

Quero testemunhar um episódio que aconteceu no município de Canta Galo, mais especificamente na Fazenda Fundo Grande, onde uma propriedade foi invadida, o proprietário nos procurou, não somente o proprietário, mas também a Cooperativa Agrária, a Cooperativa COAMIG de Guarapuava, porque era uma área produtiva, onde o proprietário se sentia humilhado por ter sido expulso de sua propriedade, durante o período noturno e logicamente que pedia, tanto a Cooperativa quanto o proprietário pedia para que o Secretário tomasse algumas atitudes e principalmente que fizesse o despejo daqueles invasores, daquela propriedade.

Falei com o Secretário e o Secretário com muita prudência, calma e tranqüilidade nos dizia que ele tinha que agir conforme a lei.

Primeiro precisava que houvesse uma mandado judicial de reintegração de posse e que ele queria esgotar todas as possibilidades do diálogo para que não houvesse de forma nenhuma uma tragédia naquela localidade. Isto realmente ocorreu, e graças a isso que aquele episódio não houve nenhum incidente mais violento.

Então gostaria de fazer esse relatório, como disse, por uma questão de consciência e também para esclarecer a verdade. Quero também aqui enaltecer alguns membros da Bancada do PT que quando

conversamos relatamos, falamos que a propriedade era produtiva, que eu pessoalmente conhecia a propriedade, inclusive tive informações que alguns Deputados da Bancada do PT entraram em contato com alguns invasores pedindo para que eles se retirassem da terra.

Então, faço esse pronunciamento para que a verdade realmente, principalmente no episódio do Município de Canta Galo, mais especificamente na Fazenda Fundo Grande, também se torne público e que a verdade seja esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário.

Quero discordar da posição do Deputado Vanhoni.

Vejam quanto é difícil a posição do nosso Secretário. O Deputado Vanhoni cobra que o Governador nomeou uma Comissão de alto nível e não faz parte desta Comissão representantes da Secretaria de Segurança.

Ora, Deputado, tenho certeza absoluta, e não sou vidente, que se o Governador do Estado, tivesse incluído nessa Comissão de alto nível um membro da Secretaria de Segurança, o discurso do Deputado Vanhoni, com todo o respeito que tenho a V. Exa., e pela sua inteligência, estaria dizendo: "Sr. Secretário, o Sr. acredita na apuração dos fatos verdadeiros com representantes da Secretaria de Segurança?"

Então, acredito que este episódio lamentável, como já me pronunciei, sirva de exemplo e sirva de aprendizado a todos nós, a todos os paranaenses que querem o bem deste Paraná. E que os discursos fáceis, aquelas posições que esperava aqui, Senhor Secretário, sinceramente de que faríamos aqui perguntas para ver que Vossa Excelência pudesse esclarecer. Mas partimos para um campo, poucos Deputados aqui colocaram perguntas que pudessem realmente esclarecer.

A brilhante exposição que Vossa Excelência fez ontem, e por isso quero cumprimentá-lo, ontem, na Rede Bandeirantes, e hoje, o seu pronunciamento aqui, deixam para nós clara esta posição. O dia em que os Deputados trouxeram aqui o relatório que foram fazer uma visita naquele episódio, fomos contrários de dar aquele fato como acabado. Defendi aqui que deveríamos ouvir a outra parte, para que pudessemos fazer um relato isento, mas existia uma urgência para que se desse aquilo como concluído. E isto, lamentavelmente, foi divulgado para o Brasil inteiro como se fosse uma posição da Assembléia Legislativa, quando não era. Porque só poderíamos ser conclusivos no relatório, quando ou-

víssemos as duas partes.

Quero com isso, deixar a posição do meu partido e do nosso Governador, quando, depois de ter conhecimento de todos esses fatos, ainda pediu ao Secretário de Segurança que viesse à Assembléia Legislativa prestar esclarecimentos. Além disso, formou uma Comissão de alto nível para também trazer a ele a verdade dos fatos. Fica clara a posição de nosso Governador. O Governador quer as coisas transparentes, o Governador quer as coisas às claras, e é esta a posição do PDT do Paraná.

E ficamos aqui satisfeitos pelo brilhantismo que Vossa Excelência se comportou e esclareceu. Tomara que tivesse qualquer Secretário de Segurança deste País a mesma hombridade, a mesma condição de vir aqui enfrentar uma Assembléia Legislativa que, em certos momentos, me preocupava a condução desta Sessão.

Cumprimento a Vossa Excelência e leve o nosso apoio ao Governador Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado César Seleme.

O SR. CÉSAR SELEME - Secretário Cândido, não tive um minuto de dúvida em toda esta tarde que Vossa Excelência, juntamente com a Polícia Militar agiu no estrito do cumprimento do dever legal, porque acho, chegou a hora da República Federativa do Brasil ser também respeitada em todo o Estado do Paraná.

O que vinha acontecendo no Estado do Paraná, Senhores Deputados, Senhor Secretário, e dignos representantes da Polícia Militar neste ato, nesta Assembléia Legislativa, é a falta de cumprimento de decisões judiciais se o Governo não autorizar. E Vossa Excelência fez muito bem, e pela exposição e pelo relatório, houve moderação na atitude da Polícia Militar.

Se temos que homenagear, vou homenagear Vossa Excelência por esta atitude firme de cumprir a decisão judicial, e a Polícia agindo com muito comedimento. Homenagem sim, a Vossa Excelência, a Polícia Militar, a Polícia Civil e ao Poder Judiciário, que infelizmente muitas vezes não tem peito, vamos falar assim, para dar uma liminar.

O Poder Judiciário até agora não foi mencionado sequer, porque um juiz de direito, a juíza de direito que deu aquela liminar, baseada em fundamentos legais, em documentos que tinha no processo. O que a Polícia Militar fez, foi cumprir exatamente a ordem judiciária.

Parabéns a Vossa Excelência, Secretário Cândido, à Polícia Militar, e dizer - o Deputado Seleme fica feliz, porque está sendo cumprida agora a Constituição do Estado do Paraná, tem Governo, tem Secretá-

rio e tem Polícia Militar que quer o bem de todos os paranaenses, não de desordeiros que vêm pregar demagogia e fazer palanques eleitoreiros nessas invasões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa convida o Senhor Secretário para tomar assento na Mesa novamente.

Com a palavra, o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente.

Disse no pronunciamento anterior que a Assembléia cumpre na tarde de hoje seu papel. Senhores Parlamentares, principalmente entre nós, componentes desse Poder.

Sobre hipótese alguma se pode recriminar ato, ação, comentário ou pergunta de qualquer Parlamentar, afinal de contas, nos dividimos aqui ideologicamente. Mas a Assembléia cumpre o seu papel com o Secretário. E a despeito de algumas informações, acho que esse fato não está encerrado não, até porque não existiria razão, e volto a insistir na continuidade de um inquérito policial militar, da formação da Comissão chamada de alto nível, que o fato estivesse completamente elucidado.

Não houve, por parte de nenhum dos Parlamentares, espero poder falar em nome dos companheiros do nosso partido e das bancadas oposicionistas, o desejo, em instante algum, de criticar, ferir o Governo, a Secretaria como Secretaria ou a Instituição Polícia Militar como Instituição Polícia Militar.

Agora, volto a afirmar, Senhor Secretário, acho que a prudência que tem que se adotar, inclusive do próprio comando da Polícia, é para que haja o exercício da função policial moderadamente, para evitarmos confrontos.

Deputado Alborghetti, depois desse episódio que ocorreu, assisti casualmente no "Aqui Agora", um episódio da retirada de uns ambulantes da beira da estrada, em Londrina, onde aparece, e eu com a presença dos Senhores aqui da Polícia Militar, que sabem o respeito que tenho por esta instituição, aparece um policial batendo num cidadão que estava vendendo minhoca, me parece, ou coisa assim, na beira do asfalto, e aquilo custou a nós e a nossa Polícia Militar do Estado do Paraná, o comentário do comentarista daquele programa dizendo que, neste instante em que milhares de brasileiros sobrevivem da economia informal, não era hora de bater em trabalhadores, e sim, de prender seqüestrador, bandido.

Ora, não acredito que a Polícia Militar do Estado do Paraná concorde com a ação, quando extrapola o limite do cumprimento do dever. Espero, Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira.

Uma coisa vai ser balisa para nós, vai ser balisa para todos nós Parlamentares, do perfeito equilíbrio do PM, principalmente, se é verdade que tem um trabalhador que levou quatro tiros na perna, se é verdade, ouço o falatório dos outros, este PM terá que mostrar se essas balas foram disparadas pelo mesmo soldado, se houve quatro tiros, houve excesso, e tenho certeza absoluta, que essa Secretaria comandada por Vossa Excelência, não quer excesso. Se foi mais de um que atirou, em que circunstância aconteceu, porque isso sim é que vai dar para nós a segurança de podermos continuar defendendo a nossa Polícia Militar do Estado do Paraná.

Ademais, Secretário, indiscutivelmente, tenho que cumprimentá-lo pelo espírito de aqui comparecer, atender a um chamamento da Assembléia, se colocar ao dispor para responder. E, acho que de nenhum lado, nem da segurança, nem dos movimentos reivindicatórios do país, o extremismo pode nos levar a alguma coisa. Deus permita que esse incidente seja o único que aconteça nesse momento no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,

Senhores Deputados, Senhor Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, Senhores componentes da Polícia Militar, da Polícia Civil, demais autoridades aqui presentes.

Devo dizer a todos, que tenho que ter neste momento equilíbrio, por ser o último Parlamentar a falar nesta Casa, depois de acompanhar atentamente as colocações, os questionamentos feitos pelos Senhores Parlamentares, de ambos os partidos, e as respostas colocadas pelo Senhor Secretário.

Acho que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, antes e acima de tudo, tem que ser louvada pelo fato de que, traz a esta Casa, o Secretário de Segurança Pública, para mostrar que este Governo do Estado do Paraná, quer na verdade, fazer um Governo transparente, o Governo que quer acertar e o Governo que quer até corrigir possíveis erros. Porque ninguém é perfeito, somos passíveis, somos seres humanos. Somos passíveis de erros, somos tomados por uma emoção de momentos. E só quem está vivendo aquele momento, é que sabe, qual é a atitude que vai tomar. É o juiz de futebol, que tem que marcar o penalti naquela hora. Não é o comentarista, que tem o recurso de vídeo para poder passar uma, duas, três vezes, para mostrar se foi um penalti ou não.

Não queria estar no lugar de um policial militar ou de um policial civil, num momento como aquele de Marechal Cândido Rondon, ou deste momento, lá em Santa Izabel do Ivaí. Todos aqui, estivemos à distância. Boa parte dos que estão aqui, estão ainda levados pela emoção da defesa deste ou daquele lado. Mas todos estamos aqui imbuídos, tenho certeza, até mesmo, a nossa posição, a qual respeito até mesmo esta oposição, também quer auxiliar este Governo na condução do Estado do Paraná.

Alguns questionamentos, até certo ponto com certo radicalismo, até próprio de cada posição, de cada Parlamentar, eu mesmo nesta Casa, durante doze anos, agi praticamente desta maneira, até com certo radicalismo. E estando dos dois lados, tendo esta experiência de estar dos dois lados, entendo e vejo a dificuldade que se tem de tomar uma decisão.

Todos estamos sendo instrumentos de uma situação pela qual o País passa, que há muitos anos se reclama por uma reforma agrária e ela não aconteceu. Somos todos instrumentos de instituto que faz levantamento das áreas a serem desapropriadas, divulga estas áreas, ocorre as invasões e lá vai a Justiça, que é provocada, e a polícia, que é solicitada. Esse é o retrato desse País. O que é preciso fazer urgentemente, é fazer esta reforma agrária. É tirar terra daqueles que não estão utilizando esta terra, para acabar com a fome do povo brasileiro. Acho que é este o caminho.

Senhor Presidente, eu tinha feito aqui uma série de anotações. Não posso, não devo e meu bom senso me pede, que nessa hora eu não levante fatos passados. Isso não vai nos ajudar em nada, relembrar alguns acontecimentos, que nós aqui, levantamos da tribuna desta Casa, em outros anos. O que nos pede agora o bom senso, que com todas as cabeças pensantes desta Casa, com a inteligência, discernimento, e a capacidade do Secretário da Segurança Pública e com a competência e credibilidade do Governador Jaime Lerner e da sua sensibilidade, encontremos soluções, para que fatos dessa natureza não se repitam.

Ninguém aqui, nenhum Deputado da situação, Senhor Secretário, aplaudiu o fato que aconteceu e todos nós ficamos preocupados com o acontecimento. Houve algum exagero, de repente pode ter havido, de uma parte ou de outra parte. Acho que isso é que tem que ser balanceado: quem atirou primeiro, quem atirou depois, quem agrediu primeiro, quem agrediu depois. Esse balanceamento é que temos que ter cabeça fria neste momento, para tirar lição disso. Acho que o Governo do Estado está tomando as medidas necessárias que o caso requer, tanto é que forma uma Comissão Especial,

uma Comissão para tratar dessa questão, formada por pessoas do mais alto nível intelectual, da mais alta sensibilidade. Tenho certeza que esta Comissão não vai ficar apenas atenta ao fato de Santa Izabel do Ivaí, mas vai trazer ao Governo do Estado alguns subsídios que possam ajudá-lo a levar ao Governo Federal aquela questão da reforma agrária.

Nós aqui do Paraná, estamos dando o exemplo, em que pese este fato isolado, não se pode condenar uma corporação, em hipótese alguma. Estamos dando exemplo com as Vilas Rurais, estamos dando exemplo com o que o Governador está dando para os assentamentos já localizados no Estado do Paraná.

Então, Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhor Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, o bom senso me pede que fale pouco, e apenas diga que a Assembléia do Estado do Paraná teve a grandeza, sem paixão partidária, sem paixão política do Partido do Governo, não. Todos nós aqui votamos pela sua presença aqui porque acreditamos na sua pessoa, porque temos certeza que Vossa Excelência viria aqui trazer as informações que todos queríamos. Isso aconteceu. Agora caberá a cada um fazer um levantamento, uma análise: convenceu ou não convenceu? Vossa Excelência não veio aqui convencer, veio aqui para explicar. Se convenceu ou não, cada um vai fazer o seu balanceamento.

Quero portanto, Senhor Presidente, encerrando, cumprimentar o Senhor Secretário de Segurança Pública, cumprimentar os Senhores Deputados. Houve algum excesso em alguma pergunta, em alguma resposta? Isso é próprio do Parlamento. Vossa Excelência não veio aqui pensando que ia receber flores, sabia da maneira que ia encontrar a Assembléia. Mas sai daqui engrandecido, sai daqui o Governo do Estado também engrandecido, por que permitiu que isso acontecesse. Não vou lembrar se Governos passados permitiram a nós da oposição ou não. É assunto do passado.

Parabenizo a cada um dos Senhores Parlamentares, às Lideranças que tiveram o discernimento, que tiveram o bom senso de levar a bom termo esta Sessão.

Parabenizo, Senhor Presidente, a sua conduta também no comando da Sessão, que mais uma vez mostra a sua experiência, o seu conhecimento no trato com cada um dos Senhores Parlamentares.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para as considerações finais, concedo a palavra ao Secretário de Segurança, Doutor Cândido Martins.

O SR. SECRETÁRIO CÂNDIDO MANUEL MARTINS

OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores integrantes da Mesa Diretora dos Trabalhos, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Quero, antes de tudo, agradecer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, a gentileza de me permitir sentar, depois de quatro horas em pé e que evidentemente, depois dessa tensão, o cansaço redobra, mas que eu, de maneira nenhuma - Deputado Vannoni - pretendia que Vossa Excelência levantasse outra questão de ordem para me fazer novamente ficar em pé.

Agradeço a gentileza da Assembléia Legislativa por me ter recebido. Agradeço, mas faço algumas retificações que são próprias e descabidas e algumas de má-fé, dizer como aqui foi significado pelo eminente Deputado Rossoni, que a Secretaria da Segurança Pública, não participando da Comissão de alto nível, significa uma pcha, uma desconfiança do comportamento do Secretário ou da Polícia por parte do Governador, é distorcer a verdade insofismável.

A Secretaria não participa e o Deputado Anibal Khury é testemunha disso, a meu pedido, exatamente para que não se jogasse esta acusação de suspeição em cima de uma Comissão que é séria e bem intencionada, e acredito firmemente, será a decisão deste Plenário, depois de ouvir o relatório de uma parcela de Deputados e depois de ler e concluir o relatório do Deputado Trentini, que esteve no palco dos acontecimentos, não aligeiramente num avião do Governo do Estado, voltando no mesmo dia. O Deputado Trentini ficou lá, conversou com as pessoas, ouviu jornalistas e fotógrafos, testemunhas insuspeitas como ele aqui disse.

Creio e confio no discernimento de cada um dos Senhores e faço mais uma retificação: a Polícia Militar não está aqui bem como a Polícia Civil por minha determinação, sequer por meu convite. Conversem com eles. Todos se dizem amigos e admiradores. Se um dia determinei ou pedi que eles aqui viessem, o seu sindicato da Polícia Civil e as organizações da Polícia Militar é que entenderam, em respeito ao Poder Legislativo do Paraná, aqui comparecer, não para uma solidariedade ao Secretário. Isso eu sei e tenho consciência de que sempre tive e enquanto me comportar com dignidade, com honradez, com coragem e com desassombro, a Polícia Civil não me faltará, bem como a Polícia Militar, sobretudo nos momentos de incompreensão, de dor e de sofrimento.

Senhores Deputados, me permitam fazer um paralelo às vezes indevido entre as acusações que a polícia recebe, de truculência e de violência, acusações não provadas de corrupção. São duas instituições mais atacadas hoje neste País, exatamente

a Polícia e o Poder Legislativo, este Poder Legislativo que tem dado tanto exemplo de inteligência, de capacidade, de vontade de transformar as coisas em benefício dos mais humildes e dos mais sofridos. Todo dia vemos estampado nos jornais, provocações, tentativas de escândalo também aqui no Paraná. Como defendo com ardor e com coragem a atitude e a compostura da Polícia, defendo com amor a Casa a que servi como Deputado, onde tenho amigos e sobretudo, desfruto do seu respeito, porque tenho por todos, consideração, respeito, amizade. Fidelidade a uma causa que não é causa partidária, que é uma causa compartilhada pelo Poder Legislativo, pelo Poder Judiciário, sob a liderança do Governador Jaime Lerner.

Quero finalmente dizer aos Senhores que sou um homem que acredito nas transformações sociais, mas acredito exatamente nas transformações sociais porque creio na justiça e como alguém já disse, "aqueles que crêem na Justiça mesmo em oposição com os astrólogos, podem mudar o curso das estrelas". Vamos mudar o curso das estrelas, com trabalho, sem faccionis-

mo, sem mentira, defendendo a verdade.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência agradece a presença do Secretário da Segurança e antes das despedidas finais, quer dizer que a Presidência é que requisitou o avião do Governo do Estado. O avião foi requisitado pela Assembleia dentro das atribuições do Poder Legislativo.

Secretário, muito obrigado pela sua presença, pela Polícia Civil, pela Polícia Militar e a certeza de que a sessão de hoje foi uma demonstração de democracia, de liberdade e sobretudo, de aprendizado.

Muito obrigado a todos.

O Senhor Secretário está deixando uma fotografia dos acontecimentos lá, que será encaminhada à Comissão competente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após a presente sessão, com a Ordem do Dia anteriormente anunciada.

Levanta-se a sessão.